

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 250 • Ano 12 • Cr\$ 50,00



SABER CIENTÍFICO E MOVIMENTOS POPULARES

Universidade e sociedade
Pastorais populares
Novas tecnologias
Pesquisa e educação

INTELECTUAIS E MOVIMENTOS POPULARES

Nos últimos anos, a discussão sobre a relação entre saber acadêmico e conhecimento produzido pela prática popular tem estado presente, tanto nos grupos de assessoria como nos movimentos populares, religiosos ou não.

O dinamismo do processo social, o amadurecimento das organizações populares, a polarização da última campanha eleitoral colocam esta questão em outro patamar. O debate introduziu novas reflexões e desafios que enriquecem a discussão e oferecem novas pistas de análise.

A ciência deixa de ser vista como algo que se contrapõe ao saber popular. As atitudes dos cientistas frente à prática e à cultura popular passam a buscar o entendimento mútuo de sujeitos sociais distintos mas complementares.

O papel do intelectual junto aos movimentos populares está ficando mais transparente, ganhando novos significados. Com isso, a difícil e questionada função da assessoria aos movimentos e às pastorais populares se define mais. A contínua e progressiva densidade da prática popular, através de igrejas, sindicatos, associações de bairro, lutas políticas, vai como que construindo "uma teoria da caminhada do povo", que está demandando pesquisas, sistematizações e debates.

Somente detectar com rigor as necessidades do povo, ter sensibilidade para seus problemas e possuir sólida bagagem acadêmica não está sendo suficiente. Faz-se necessário mais do que isso para que o intelectual-assessor possa oferecer contribuição significativa para avançar o atual estágio dos movimentos populares. É preciso chegar à difícil fusão do sentimento com a racionalidade. Do distanciamento com a sintonia. Da ciência com a paixão.

Um outro elemento importante nessa nova fase da discussão é a presença crescente e comprometida da universidade

junto às organizações populares. Há uma salutar aproximação da academia com o povo. Essa proximidade começa a desmanchar o pressuposto de que as universidades são somente um instrumento para servir e solidificar mecanismos de dominação das classes dirigentes.

Experiências mostram que a relação universidade-sociedade pode ser colocada em outro nível e que é possível setores acadêmicos estarem a serviço dos movimentos populares. Isto está sendo concretizado em várias áreas: sindicalismo, educação popular, expressões religiosas etc. O espaço universitário pode constituir um grande reforço para as demandas de assessoria, reconstituição de memórias, formação de bancos de dados etc.

Esta aproximação com os movimentos populares está mostrando aos universitários, alunos e professores, que somente através de pesquisa, de uma sólida formação teórica e de um compromisso popular é que se pode oferecer uma colaboração qualitativa e significativa da academia à dinâmica exigente do processo social na atual conjuntura brasileira.

A presença e a intervenção da ciência na prática das organizações populares não se fazem somente no campo da assessoria política. Estão presentes nos avanços tecnológicos — principalmente no processo de produção material e na modernização da informação — que produzem novos desafios e questionamentos que afetam o próprio movimento popular.

Este número de Tempo e Presença pretende contribuir para enriquecer e atualizar o debate sobre tão pertinente questão. Reúne reflexões de colaboradores que atuam nos diversos setores do movimento popular. Naturalmente não esgota o assunto. Pelo contrário, é um convite para a ampliação do debate, aberto a todos aqueles que estão comprometidos com a construção de uma sociedade nova mais justa.



Índice

Saber Científico

- 5 ENSINAR APRENDENDO
Pedro Ribeiro de Oliveira
- 7 SABER POPULAR E SABER CIENTÍFICO
Manfredo Araújo de Oliveira
- 10 TEORIA E PRÁTICA
Regina Célia Reyes Novaes
- 14 DOM QUIXOTE E SANCHO PANÇA
Fernando Altemeyer Júnior
- 17 ARREGAÇANDO AS MANGAS
Yvonne Maggie
- 20 APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA
José Ricardo Ramalho
- 23 LENDO O MUNDO NO PLURAL
Rute M. Rios
- 25 JOSÉ LOPEZ FEIJÓO
"A TECNOLOGIA DEVE TER
FUNÇÃO SOCIAL"
Entrevista a Edmilson Zanetti e Rosana Soares

Igrejas

- 29 OUVIDOS ABERTOS AO CLAMOR DO POVO
Carlos Cunha

América Latina

- 34 O COLAPSO ECONÔMICO DA ARGENTINA
Paulo R. Schilling

Bíblia Hoje

- 37 JUSTIÇA DO POBRE
CRITÉRIO DA NOVA SOCIEDADE
Ely Eser Barreto César

Livros

- 39 A FALA DO CAMPO
Luciano Nunes Padrão

8ª Assembléia da FLM em Curitiba

Durante a 8ª Assembléia da Federação Luterana Mundial (FLM), realizada em Curitiba (PR), de 30 de janeiro a 2 de fevereiro, foram ouvidos os clamores dos negros, mulheres, jovens, índios e de todos os segmentos marginalizados. O brasileiro Gottfried Brakemeier é o novo presidente da FLM

Páginas 29 a 33



Antonio Carlos Ribeiro/Memória

Universidade, sindicalismo, sociedade

No Rio de Janeiro, experiência de um grupo de professores prova que a relação entre universidade e sociedade pode ser altamente proveitosa para a formação profissional e para os movimentos sociais. A universidade brasileira pode contribuir, de forma até institucionalizada, com o movimento sindical. É uma tarefa difícil, mas é também uma possibilidade que deve merecer atenção especial nos anos 90

Páginas 17 a 19 e 20 a 22

Novas tecnologias e trabalhadores

As novas tecnologias, criadas para servir à maioria da população, na prática têm promovido efeitos mais nocivos ao trabalhador do que benefícios. Em entrevista a *Tempo e Presença*, José Lopez Feijóo, secretário-geral da CUT Estadual/SP, defende a democratização dos benefícios da tecnologia, hoje apropriados pelos empresários

Páginas 25 a 28

Assessoria

Na relação do assessor com o movimento popular ocorre encontro e troca de saberes. Este trabalho pode ser considerado uma aventura que, como em Dom Quixote, prevê dores, conflitos e esperanças

Páginas 5 a 6 e 14 a 16



Maurício Simonetti/Ag. Fa

tempo e presença

Revista do CEDI

Março/Abril 90

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 242-8847 / 224-6713
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR
Fax: (011) 825-7861

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Heloisa de Souza Martins
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e
Jornalista Responsável
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de Arte e
Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramação e
Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitização
Rosely Ramos Cruz de Santana

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão
Rosana de Lima Soares

Capa
Juarez Castro/Designium

Fotolito
Donizete

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:
Cr\$ 50,00

Assinatura anual:
Cr\$ 500,00
Assinatura de apoio:
Cr\$ 600,00
Assinatura/Exterior:
US\$ 30

Fiquei profundamente indignado ao receber a *Tempo e Presença* sobre os anos 80 na qual foi publicado um artigo de minha responsabilidade. A mudança do título, sem a minha prévia consulta — o título original é “Aquarius fez vinte anos” — mutilou a integração entre o artigo e o seu título.

Paulo Cezar Botas
São Paulo, SP

Nota do Editor

Pedimos desculpas ao autor pela substituição do título original por outro, também retirado do seu próprio texto.

Conheci *Tempo e Presença* através de um sobrinho, assinante. A revista aborda temas atuais com muita categoria. Aproveito a oportunidade para sugerir um número especial sobre a saúde no Brasil e seus precários serviços. Como auxiliar de enfermagem, vejo os absurdos que ocorrem nesta área, principalmente depois do surgimento do famigerado Suds. Sucesso para a equipe.

Therezinha P. Trokatovas
São Paulo, SP

Entrei em contato com a revista no mês de dezembro, através de sua edição especial. As informações contidas nela me interessam muito, principalmente porque a edição especial, do começo ao fim, fala dos problemas cruciais da Amazônia pela ótica de quem realmente conhece a região. Fica claro, então, que a publicação do CEDI tem de fato compromisso com a verdade.

Rosa Cardoso
Belém, PA

neher *Tempo e Presença* e gostei muito do seu conteúdo. Acredito que poderá me ajudar, uma vez que seus artigos parecem ser bastante concretos dentro da teologia da libertação.

José Luiz Passeri
Santa Fé, PR

Os assuntos da revista *Tempo e Presença* e demais suplementos do CEDI estão sendo bem recebidos nesta casa e, graças a Deus, muito bem aproveitados, lidos e estudados. Muito sucesso.

Antônio Alberto Soligo
Caçador, SC

Gostaria de manifestar minha satisfação pelo excelente nível de *Tempo e Presença*. Espero que vocês continuem desenvolvendo trabalho tão profícuo em nome do ecumenismo e da justiça social.

Pedro de Oliveira
Porto Alegre, RS

Erramos

A foto publicada com crédito de Jesus Carlos à página 3 do número 249 de *Tempo e Presença* é de Vera Jursys/Fóton. Nesse mesmo número, a foto da página 18 com crédito de Flávio Limonci é do Arquivo Ceta/Ibase.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

MOVIMENTO CAMPONÊS E IGREJAS

Caderno 14 — Canavieiros em greve	Cr\$ 180,00
Documento 3 — Hidroelétricas e meio-ambiente	Cr\$ 90,00
Terras sim, barragens não!	Cr\$ 90,00
Caderno 20 — Sindicalismo no campo	Cr\$ 195,00

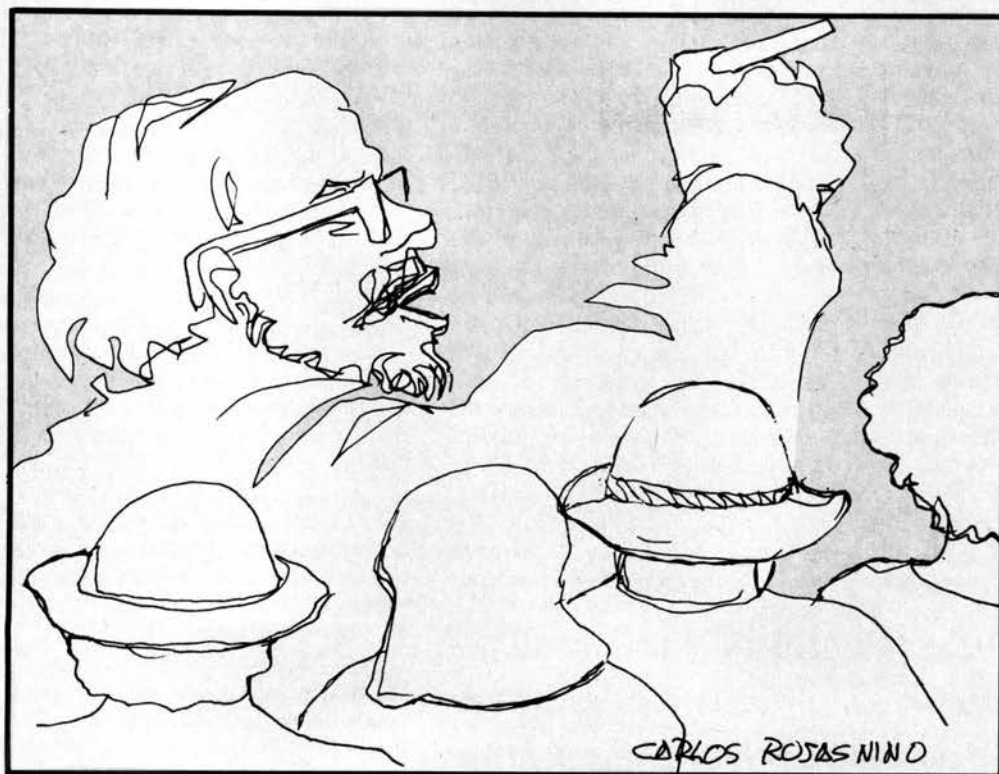
PROGRAMA DE APOIO À PASTORAL

Creio na ressurreição do corpo	Cr\$ 210,00
De dentro do furacão	Cr\$ 300,00
Poesia, profecia e magia	Cr\$ 210,00
Pai Nosso — Meditações	Cr\$ 260,00
Servos livres	Cr\$ 210,00
Pão, vinho e amizade	Cr\$ 345,00
A Igreja e o desafio dos pobres	Cr\$ 180,00
Discussão sobre a Igreja	Cr\$ 180,00
A experiência da fé	Cr\$ 260,00
Evangelização no Brasil de hoje	Cr\$ 190,00
O drama da conversão	Cr\$ 240,00
Projetos de esperança	Cr\$ 225,00
O espelho e a transparência	Cr\$ 480,00
Celebração da vida	Cr\$ 90,00
Chamados a dar testemunho hoje	Cr\$ 60,00
Estudos bíblicos de um lavrador	Cr\$ 90,00
Jesus Cristo, a vida do mundo	Cr\$ 120,00
Missão e evangelização	Cr\$ 120,00
Protestantismo e política	Cr\$ 90,00
Profeta da unidade	Cr\$ 180,00

Faça seu pedido através de *cheque nominal* para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo, SP ou por *vale postal* para agência do correio 403911, Santa Cecília, SP

Tive oportunidade de co-

ENSINAR APRENDENDO



Ao assessorar o movimento popular, o intelectual tanto ensina como aprende. Assessorado e assessor trocam saberes num aprendizado mútuo

Pedro Ribeiro de Oliveira

Para explicar o que é o intelectual, Gramsci faz uma comparação: quem sabe fritar um ovo pode considerar-se cozinheiro; mas só é efetivamente cozinheiro quem é capaz de preparar comida para outros. Assim também o intelectual: toda pessoa é intelectual, porque é capaz de pensar e de exprimir-se, mas nem todos exercem a função de intelectual, porque para isso é necessário que o pensamento esteja organicamente ligado a um grupo.

Para Gramsci, intelectual não é só aquele que formula pensamentos e discursos: também expressões artísticas são atividades intelectuais. Quando Chico Buarque ou Zé Vicente

transformam em música os movimentos sociais de libertação, Pedro Tiera canta a resistência dos índios, Lula lidera uma campanha eleitoral ou Pedro Casaldáliga celebra os mártires da caminhada, eles exercem atividades típicas de intelectuais: de diferentes maneiras, essas pessoas expressam realidades vividas e sentidas por outros.

Não existe, portanto, intelectual isolado. Intelectual que só expressa sua própria realidade, sem considerar a realidade do outro, é louco: ele fala a sua verdade, mas ninguém se reconhece nela. De acordo com sua ligação com as classes sociais, Gramsci distinguia dois tipos de inte-

lectuais. Um, que ele chamava “orgânico”, era o intelectual ligado às classes fundamentais — aquelas que exercem ou disputam a direção da sociedade. O outro tipo, que ele chamava “tradicional”, era formado pelos intelectuais ligados a classes sem possibilidade histórica de exercer a hegemonia, porque representavam o passado. Essa distinção não me parece muito feliz, porque é difícil afirmar com precisão quais são as classes fundamentais em cada formação social. Mas ela é de grande valor porque nos lembra que todos os intelectuais são vinculados a um ou outro grupo, ou não são intelectuais no sentido próprio do termo.

A atividade intelectual não é, portanto, uma condição permanente da pessoa mas uma função que se exerce na medida em que se liga uma significação simbólica a práticas sociais. O intelectual desvenda/atribui sentido às práticas de um grupo. Para entender essa relação entre significação e práticas, temos que pensar dialeticamente. Não há prática social sem significação, nem significações fluindo no mundo das idéias: as práticas sociais são sempre significativas. A concepção idealista crê que as práticas sociais são regidas pelas significações; por isso ela vê a mudança da sociedade como uma decorrência das mudanças no plano das idéias, dos valores, do pensamento. Já a concepção materialista parte da prática social: “É o ser social do homem que determina sua consciência”, dizia Marx. Ao atribuir prioridade à prática, não negamos a importância do simbólico, mas afirmamos que é ela a chave para compreensão do todo. A significação já está na prática do grupo, mas de forma implícita, latente. Ao desvendá-la, tornando-a manifesta através da sua expressão simbólica (discursiva ou artística), o intelectual dá à prática do grupo uma nova realidade, um contorno socialmente identificado. Sob este aspecto, é enorme a importância dos intelectuais na produção da cultura. Quase se pode dizer que um grupo só existe na medida em que ele tem seus próprios símbolos, seu próprio código de significados para suas práticas. Esta reflexão nos levaria longe, estudando cultura e importância dos intelectuais na produção da identidade social.

Dois saberes — É interessante notar que a palavra assessor assumiu no contexto popular um novo significado. Fala-se de assessor para designar a pessoa que vem aos grupos populares com um saber que lhe é específico, e que dá a esses grupos uma contribuição teórica própria. Geralmente isto é feito por meio de cursos, participação em reuniões e encontros, ou redigindo artigos. O que fazemos na assessoria é o trabalho propriamente intelectual de tornar explícito aquilo que já se intuía na prática. Ou seja, liga-se o saber prático ao saber teórico.

Esta troca de saberes entre assessor e grupo assessorado é um processo educativo. Paulo Freire já dizia que ninguém ensina a ninguém. O assessor pode fazer a melhor colocação sobre o tema, mas se não “bater” com algum problema vivido pelo grupo a colocação fica pairando nas nuvens. Quantas vezes já tivemos essa experiência. Preparamos

o assessor para a realidade que o grupo vive e os problemas que sente naquele momento. Daí a necessidade de uma certa convivência com o grupo, participando das conversas, das brincadeiras, da cerveja no fim de noite, familiarizando-se bem com as pessoas. É por isso também que uma assessoria não pode ser feita com antecedência, como ocorre na formação acadêmica. A assessoria tem que vir sempre como aporte teórico a questões suscitadas pela prática do grupo. Enfim, é a necessidade da sintonia com o grupo que torna a equipe de coordenação tão importante, porque é ela que faz a ponte entre o pessoal e o assessor. Avaliando cada passo do processo educativo, procurando a melhor metodologia, equilibrando palestras, trabalhos em grupo, celebrações e brincadeiras, a coordenação desempenha uma função importantíssima. Não seria exagero dizer que o êxito de um curso depende em 40% da coor-

creta, específica, com o quadro geral, e assim adquire um saber crítico. Isso lhe permite tirar lições gerais das experiências particulares, e assim elaborar projetos de ação racionalmente fundamentados.

Creio que é neste contexto que se deve interpretar Lênin: “Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária”. O saber prático é, sem dúvida, o mais importante, mas não é suficiente para elaboração de projetos de ação em escala macrossocial. A contribuição do saber teórico trazido pelo assessor é também indispensável quando a ação não se limita ao pequeno âmbito local, ou ao campo social que se conhece por familiaridade.

E aqui retornamos dialeticamente ao ponto de partida, perguntando de onde vem o saber teórico. Certamente não vem das bibliotecas, como acontece na formação acadêmica. Embora livros e cursos sejam importantes para constituição do saber teórico, não reside neles o ponto de partida. Este só pode estar na prática, isto é, nas lutas sociais. São elas que, metodicamente pensadas, elaboradas, criticadas, abstraídas de suas particularidades, constituem o corpo do saber teórico. O saber próprio do assessor é, portanto, a metodologia de análise, e ele participa do processo educativo como mestre do método crítico. A teoria é justamente a combinação do método com os conhecimentos acumulados do passado. Por isso, o trabalho de assessoria é, ao mesmo tempo, um processo de produção de saber no qual os grupos populares trazem seu saber como matéria-prima do trabalho teórico que realizavam sob orientação do assessor.

A comparação do assessor ao cozinheiro é, portanto, acertada: assim como ao cozinhar transformamos mantimentos crus em alimentos saborosos, ao prestar assessoria trabalhamos metodologicamente o saber da prática para produzir teoria. E muitas vezes, ao terminar um curso ou um acompanhamento de grupos populares, saímos com a impressão de que aprendemos muito mais do que ensinamos.

Não existe intelectual isolado. Intelectual que só expressa sua própria realidade, sem considerar a do outro, é louco. Ele fala sua verdade mas ninguém se reconhece nela

um curso com o maior cuidado, fazemos as palestras com a melhor técnica, caprichamos nos trabalhos em grupo e o resultado é decepcionante. Outras vezes, antes mesmo de terminar o tema previsto, o pessoal já está cantando “De repente nossa vista clareou”, e o curso é considerado excelente. O segredo está na relação entre o saber teórico trazido pelo assessor e o saber prático que o pessoal já tem. Quando os dois saberes se entrosam, o processo educativo se realiza; quando se desencontram, ambos saem frustrados.

Por isso, a primeira condição para o êxito do assessor é sua sintonia com a prática do grupo. Não quero dizer que o assessor tenha a mesma prática que o grupo; isso pode até atrapalhar, uma vez que o assessor só desempenha bem sua função se tem um saber diferente do saber do grupo (aliás, ninguém espera que o assessor traga o saber prático). Indispensável é a sintonia, a sensibili-

denação, 30% do assessor e 30% dos participantes.

Não basta, porém, que o assessor coloque-se em sintonia com o grupo; ele deve, ao mesmo tempo, manter distância em relação a este. O assessor não pode ser uma espécie de espelho do grupo, limitando-se a refletir e devolver o saber que o grupo traz. Sua função específica é de levar ao grupo um saber que o grupo não tem, que é a teoria da prática. O grupo assessorado tem um saber prático, que é um saber verdadeiro mas ingênuo, um saber que acerta por intuição. O assessor é obrigado a teorizar, ou seja, elaborar esquemas abstratos onde experiências particulares tornem-se genéricas. É o esquema teórico que, por ser abstrato, permite que cada um veja sua própria experiência prática com um caso particular de uma situação geral. Neste momento dá-se o encontro dos saberes. Agora o grupo consegue confrontar sua experiência con-

Pedro Ribeiro de Oliveira, sociólogo, é professor na UERJ e membro do Programa de Assessoria do Iser.

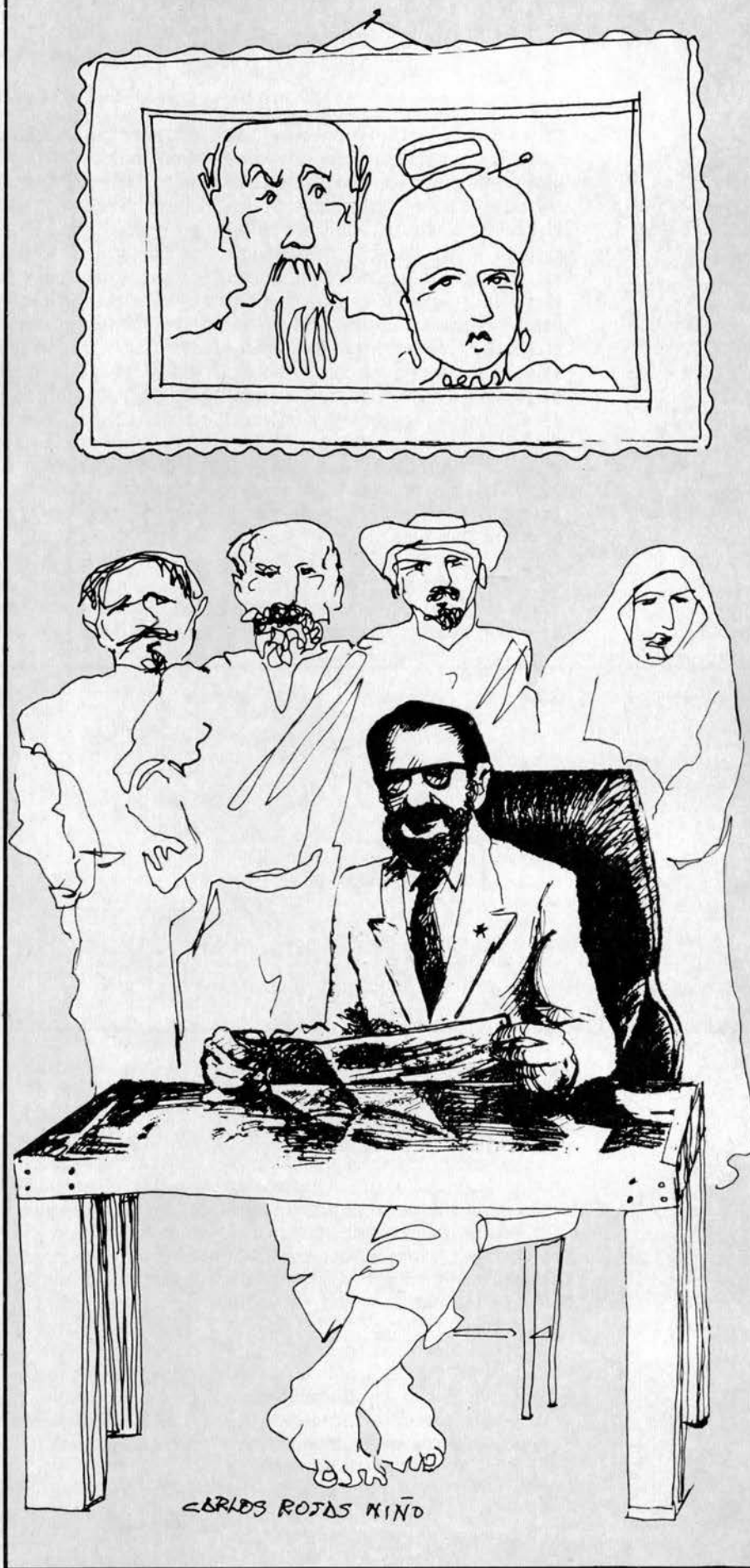
SABER POPULAR E SABER CIENTÍFICO

*Sem saber popular não há ciência
e sem ciência o saber popular
corre o risco de ser tragado pelas
tradições. Um precisa do outro*

Manfredo Araújo de Oliveira

Os homens não vivem nem agem simplesmente isolados uns dos outros, mas estabelecem, em sua ação, múltiplas relações entre si. É, precisamente, a forma destas relações que pode fornecer um critério para distinção dos tipos de ação, que constituem a vida concreta dos homens na história. Alguém que age, por exemplo, está interessado na consecução de um fim determinado e para isto escolhe meios que lhe parecem adequados à consecução de seu fim, na situação dada, e pesa as consequências previsíveis de sua ação em vista da eficiência naquilo que pretende conseguir. Uma ação orientada para a eficiência é o que hoje se chama ação instrumental porque pressupõe o cumprimento de regras técnicas que tornam possível uma intervenção com sucesso na situação. As ações de diferentes agentes podem ser coordenadas, neste caso, através de mecanismos que garantem a eficácia, baseada no cálculo egocêntrico dos sujeitos e no arranjo recíproco de seus interesses.

Mas ações humanas podem encontrar um outro tipo de coordenação: elas podem estar dirigidas ao entendimento mútuo dos sujeitos a res-



peito das diferentes dimensões de suas experiências, ou seja, dos fatos do mundo objetivo, das normas que regem suas ações e de suas próprias vivências subjetivas. Aqui nos situamos na esfera da ação comunicativa, em que os agentes comunicam entre si, a partir de evidências não-problematizadas, esquemas de interpretação e padrões de comportamento, que se criaram ao correr das experiências concretas de vida de gerações passadas e que se transferem, de geração em geração, num "processo de reprodução" que institui a identidade de pessoas e de grupos humanos. Os agentes, na esfera da ação comunicativa, agem sempre dentro de um mundo vivido determinado, isto é, de um "reservatório de evidências" ou de convicções inabaladas, que constitui o horizonte de seu

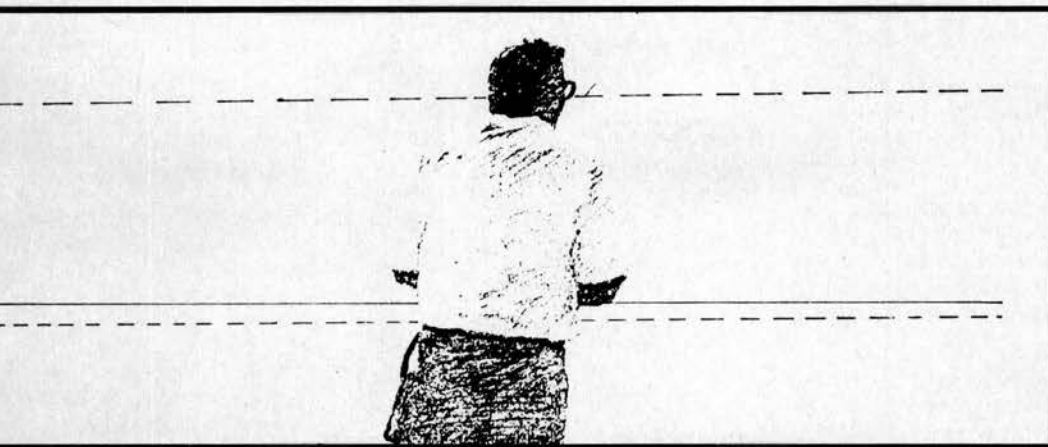
idade do "pertencer" ao mesmo mundo: o mundo vivido a partir de onde os sujeitos podem entender-se, inclusive a respeito de sua intervenção no mundo, pois o intervir na situação pressupõe sempre, uma "leitura" da situação. A execução de um plano de ação (ação instrumental) pressupõe uma compreensão da situação (ação comunicativa) onde esta ação será executada. Numa palavra, toda ação do homem na história brota deste saber, que se vai elaborando e transmitindo através das gerações e significa o armazenamento do trabalho de elucidação da vida feito pelas diversas gerações de homens. Não é possível entendimento sem a partilha comum de um mundo vivido, ou seja, sem este reservatório cultural, que torna possível a integração social, geradora de identidade.

nência do sistema de ação instrumental, e da reprodução cultural através da qual se dá a transmissão ininterrupta das estruturas simbólicas. Ocorre que o universo simbólico se transmite através da mediação da linguagem. Isto implica que a inquestionabilidade do mundo vivido é estruturalmente ameaçada: quem fala levanta pretensões de validade. Falar é estabelecer relações: com os fatos do mundo objetivo, com as normas constitutivas do mundo social e com as vivências que constituem o mundo subjetivo de cada um, tudo isto a partir do mundo vivido como horizonte subjacente.

Portanto, falar só é possível a partir deste saber originário, aceito sem problematização. Por outro lado, levanta pretensões (por exemplo, que o que ele diz corresponde a algo no mundo objetivo) que, em princípio, podem ser questionadas a respeito de sua validade. Isto revela que o entendimento entre sujeitos pode adquirir uma nova modalidade: ao invés de fazer-se simplesmente a partir do horizonte não-problematizado do mundo vivido, pode desembocar num processo de avaliação crítica das pretensões de validade implicitamente levantadas em qualquer fala, isto é, na esfera do saber popular. Isto é o que se pode chamar de processo de racionalização do mundo vivido.

Toda linguagem tem, assim, um potencial implícito de criticidade: a racionalização do mundo vivido é a explicitação e efetivação deste potencial. Portanto, nesta perspectiva, a integração social continua a basear-se em processos de entendimento, só que o princípio de coordenação das ações não é simplesmente a aceitação inquestionada do reservatório de saber, mas o debate crítico, que libere a ação comunicativa do peso do que é simplesmente transmitido por tradições. O "consenso", então, deixa de basear-se na tradição, mas se faz alicerçado em pretensões de validade fundamentadas através de um processo argumentativo.

Situada a problemática nesta perspectiva, a ciência não pode mais ser vista como algo que se contrapõe pura e simplesmente ao saber popular, pois, em primeiro lugar, emerge dele, uma vez que se origina de sua problematização; em segundo lu-



Carlos Rojas Niño

entendimento a respeito das situações concretas da vida.

Este mundo vivido é o saber popular de qualquer comunidade humana e que não é mais do que uma provisão de modelo de interpretação culturalmente transmitidos e linguisticamente organizados. Este "depósito de saber" fornece aos membros de uma comunidade convicções básicas, não-problematizadas, a partir de onde se formam os contextos concretos de entendimento entre as pessoas. Uma "certa unidade global da existência", o sentido fundamental do agir, tudo isto é fornecido aos participantes da ação comunicativa por este saber original, que está na base de qualquer interpretação das situações da vida do dia-a-dia. É este saber original que fundamenta identidade, familiaridade e solidarie-

Nesta perspectiva, o saber popular é condição de possibilidade da própria socialidade. Socialidade é coordenação das ações dos sujeitos; esta coordenação se faz de dois modos: ou através dos mecanismos garantidores da eficácia das ações voltadas à intervenção nas situações ou através do entendimento dos sujeitos, que se radica, em última análise, neste reservatório de saber, enquanto horizonte a partir de onde os sujeitos podem interpretar suas situações. O saber popular, enquanto mundo vivido, é a esfera constituidora da socialidade na "instância da significação".

Processo de racionalização — Uma comunidade humana garante sua continuidade através da reprodução material, que sustenta a perma-

gar, ela constitui a efetivação de um potencial implícito no próprio saber popular: o potencial de criticidade. A ciência é a especificação sistemática e metódica desta potencialidade, que está implícita na linguagem, enquanto mediação do processo de entendimento entre sujeitos. Numa palavra, a racionalidade não é simplesmente trazida da ciência (o saber produzido através da mediação do debate crítico) ao saber popular, pois a racionalidade enquanto potencialidade é imanente a ele. O que a ciência faz é explicitar, efetivar sistemática e metodicamente esta racionalidade implícita no saber popular, o que vai significar uma mudança de postura em relação a toda a vida. Saber popular e ciência emergem, assim, como duas dimensões contraditórias (ao mesmo tempo se incluem e excluem mutuamente) da razão comunicativa.

Caem, então, por terra, a partir desta ética de consideração, tanto a atitude pejorativa do cientista em relação ao saber popular como a atitude de incompreensão e desprezo do saber científico, o que desemboca na contraposição infundada entre vida e ciência. Sem saber popular não há ciência e sem ciência o saber popular corre o risco de ser tragado pelas tradições (e as ideologias negadoras do homem também aí presentes) sem ser capaz de se transpor em processos de argumentação, que efetivam a "autonomia" de sujeitos inseridos em processos históricos.

Patologia do saber moderno — Hoje, em plena crise da razão moderna, recuperamos a complementaridade estrutural entre saber popular e saber científico. A modernidade, cada vez descobrimos melhor, é parcial: ela significou uma intensificação e uma acentuação, certamente nunca vistas na vida humana, da dimensão instrumental de sua ação. O saber moderno é, por esta razão, extremamente especializado: ele se fez a explicitação da potencialidade de racionalidade embutida na dimensão instrumental do saber popular.

Como a ação instrumental está voltada à dominação do real, gerou-se um saber orientado ao controle dos fenômenos, muitas vezes também utilizado para dominação do homem

sobre o homem e, em virtude de sua extrema especialização, muito afastado de sua origem, o saber popular.

No entanto, a racionalização implícita no saber não se reduz à esfera da instrumentalidade; o saber popular é um saber integral, que implica também racionalidade comunicativa. Apesar da concentração no saber instrumental, a modernidade criou também condições concretas para autonomia dos sujeitos; a racionalização do mundo vivido tornou possível ao indivíduo, em sua vida social, não apenas agir a partir de uma aceitação inquestionada de uma interpretação determinada da globalidade da vida, mas o levou a uma "condução racional" de toda a existência: uma existência que legitima através de uma avaliação crítica da vida do dia-a-dia.

A superação desta visão reducionista de razão subjacente a este processo nos leva a uma outra concepção de razão: a de uma razão situada na sociedade e na história, uma razão, que, enquanto avaliação crítica da própria vida histórica do homem, é mediação de maioridade, autonomia, emancipação em relação a tudo que nega o homem enquanto liberdade. Porém, enquanto a ciência, se entende como a forma de vida em que a avaliação crítica da práxis concreta dos homens se efetiva de maneira sistemática, ela se sabe como explicitação sempre parcial de uma potencialidade de racionalidade, que engloba toda vida humana e que é, portanto, maior do que ela.

O saber popular é aquela totalidade prático-significativa, que permanece sempre o "chão histórico" de on-

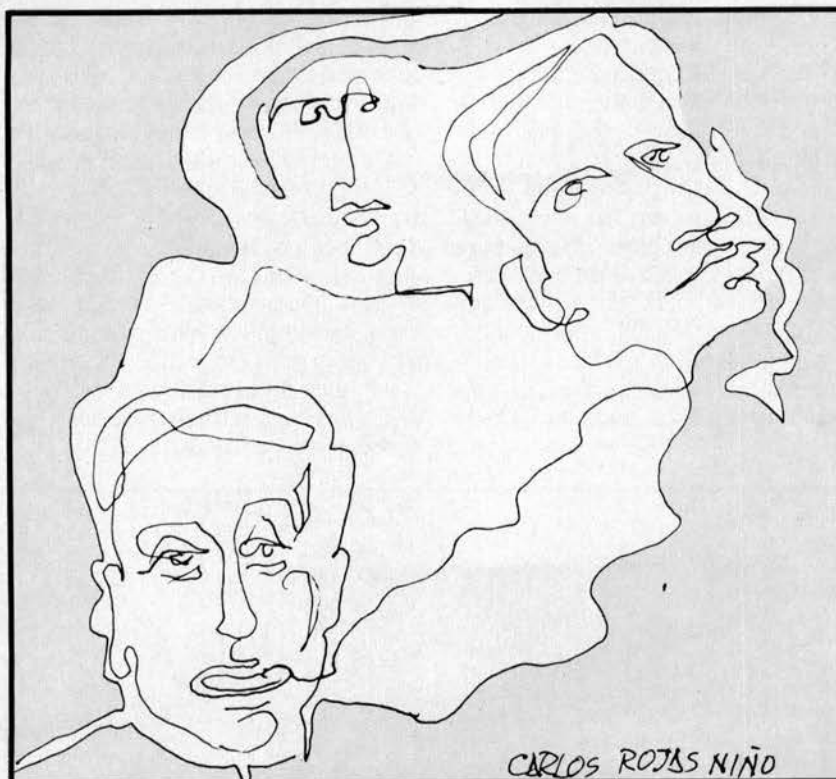


Portanto, a racionalização não pode limitar-se à dimensão instrumental cognitiva da vida humana, mas implica também uma avaliação crítica das normas e das vivências do sujeito. Uma racionalidade, assim ampliada em sua compreensão, corresponde às esferas constitutivas do saber popular de onde ela emergiu. Foi a redução da racionalidade científica à dimensão instrumental-cognitiva que provocou a impressão de imensa pobreza da ciência em comparação com o saber popular e seu enorme afastamento da vida histórica dos sujeitos. O saber popular reagiu ao que lhe aparecia como um empobrecimento de seu ponto de partida: a vida social e histórica dos homens, fruto de um processo unilateral de racionalização (cientificação da existência).

de brota a atividade científica, que, assim, se entende como atividade a serviço da vida humana, mediação no processo de racionalização e libertação da práxis histórica dos homens. O saber popular é a fonte da vida significativa dos homens, mas ele não é apenas estrutura de sentido, já que o universo simbólico só existe em íntima interação com o processo de produção e de poder, onde se gestam os processos de opressão. Assim, o saber popular não pode bastar-se a si mesmo, mas aponta para uma crítica permanente (a ciência) na perspectiva de uma vida livre de qualquer dominação.

Manfredo Araújo de Oliveira, padre e doutor em filosofia na Alemanha, é assessor de comunicações de base em Fortaleza (CE).

TEORIA E PRÁTICA



Subsídios para o debate sobre a relação entre teoria e prática no circuito das pastorais populares

Regina Célia Reyes Novaes

Explícita ou implicitamente, a discussão acerca da relação entre saber acadêmico e conhecimento advindo de uma prática político-religiosa tem estado presente, ao longo destes quase vinte anos, tanto na produção intelectual específica ao espaço das pastorais quanto nos espaços universitários nos quais as comunidades eclesiais de base (CEBs) tornaram-se objeto de estudo.

O modelo de Igreja que pretende ligar *fé* e *vida* propõe “uma teoria que nasça da prática”, da vivência, da experiência, da caminhada do povo. O agente de pastoral — denominação dada a padres, religiosos

ou leigos que se engajam neste projeto — deve ser apenas um veículo, um instrumento para “dar voz a quem não tem voz”.

Esta proposta pode ser vista por dois ângulos. Por um lado, vamos considerar sua viabilidade em situações concretas. Por outro, suas repercussões no campo político que se configurava no país na década de 70.

Os agentes desejavam ser invisíveis. Porém, ainda que fosse possível que os agentes deixassem suas certezas do lado de fora do “trabalho de base”, o próprio papel que desempenhavam neste trabalho educa-

tivo tornava-os menos um veículo, um instrumento e mais mediadores específicos que deixavam sua marca neste trabalho. Isto é, o próprio papel que ali desempenhavam, estimulando a prática de discussão e reflexão, criticando a pedagogia tradicional discursiva e não-participativa, tornava impossível a realização do desejo de invisibilidade.

Geralmente oriundos de outra classe social, a ação dos agentes de pastoral, e também de seus assessores, esteve sempre mediada por sua concepção de mundo, princípios, doutrinas e conhecimentos anteriores. Assim como entre aqueles agentes de pastoral, originários das classes populares, estavam aqueles que aprenderam um código particular também pertencente ao saber dominante. Sistematizar os depoimentos ou fazer a amarração final nos encontros exige não só um conhecimento técnico-metodológico específico mas também revela uma concepção de prioridades entre os problemas arrolados e uma ênfase relativa entre o que é principal e o que é secundário.

Nesta perspectiva estiveram abolidos os termos escola, curso, professor, aluno, aula etc. Nos grupos de reflexão, nos encontros, assembleias, reuniões de comunidade falava o “povo” e não apenas aqueles que eram considerados líderes. Embora no estímulo à participação não estivesse garantida a invisibilidade dos agentes ou assessores, torna-se necessário perceber quais foram as repercussões desta proposta de dar voz a quem não tem voz no campo político e também no meio universitário.

Linguagem comum — Foi esta proposta que permitiu que os intelectuais da Igreja (agentes de pastoral, assessores e hierarquia eclesial) trouxessem à luz do dia as lutas sociais que ocorriam no campo e na cidade forjando uma linguagem comum para movimentos diferentes e distantes entre si e forjando, ao mesmo tempo, as bases de uma teoria destes movimentos. Uma teoria que

não se pretendia “teórica”, a “teoria da caminhada do povo”.

Não vou entrar aqui em uma discussão sobre quem veio primeiro (o ovo ou a galinha?): o conjunto das lutas sociais que se convencionou chamar “movimento popular” ou a ação pastoral do setor progressista da Igreja Católica. Um não se explica sem o outro. Embora o trabalho da Igreja não tenha sido o único propulsor de toda a gama de movimentos sociais que eclodiram na década de 70 e no início da década de 80, as categorias geradas no interior desta ação contaminaram a classificação e conceitualização do conjunto. Para tanto, contava o espaço da Igreja Católica nos meios de comunicação e contava, sobretudo, o caráter de oposição ao regime militar. A crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista excludente e cerceador das liberdades democráticas tornava a categoria “povo” mais descritiva que analítica, útil para reunir o conjunto dos segmentos em conflito.

Mas o que é mais importante reter aqui diz respeito ao fato de uma determinada conjuntura política e econômica — via Igreja — permitir que lutas sociais as mais diversas se dessem a conhecer sem uma prévia classificação sobre sua maior ou me-

nor importância estratégica, já que a teoria deveria nascer da prática. Afinal, a Igreja Católica — pós AI-5 — era a única instituição de peso na sociedade brasileira que podia ir ao povo e se gabar de não estar atrelada ao Estado.

Linguagem dos movimentos — É preciso lembrar que o projeto de construção de uma Igreja dos pobres e oprimidos no Brasil ganha consistência e importância ao mesmo tempo em que, sob o regime militar, nacionalmente, grupos e personagens da esquerda faziam autocrítica da perspectiva vanguardista — que reconheciam presente em sua prática no pré-64 ou pré-68.

Valorizar o saber do povo em oposição à teoria previamente e/ou academicamente formulada tornou-se a marca da atuação da fração progressista desta Igreja que conquistou, naquela conjuntura, a simpatia de muitos aliados do mundo político e do mundo acadêmico.

O modelo de Igreja que pretende ligar fé e vida propõe uma “teoria que nasça da prática” em que o agente de pastoral deve ser apenas um instrumento para “dar voz a quem não tem voz”



Neste contexto os intelectuais das CEBs criticavam a injeção de teoria vinda de fora, de acordo com a prescrição leninista. Criticavam também os intelectuais que produziam um saber descolado da realidade.

Na década de 70 “estar colado no movimento” fez com que a legitimidade da ação social da Igreja/povo de Deus atingisse a própria universidade, por ela tão criticada. Nesta época havia quase unanimidade no mundo acadêmico na valorização desta experiência religiosa que se destacava em uma sociedade civil desarticulada e sob regime militar.

Na metade da década de 70, as CEBs ganharam status de objeto de estudo.

Houve um encontro peculiar entre a linguagem utilizada pelos movimentos que se deram a conhecer e o vazio de conceitos existente entre estudiosos de tradição marxista para analisar situações de luta não pro-

priamente revolucionária ou de resistência à ditadura. Muitas vezes a linguagem (a fala) dos movimentos, suas categorias de pensamento, ocupou lugar de conceitos explicativos.

À realidade da ditadura opunha-se a busca de *cidadania*. À realidade da política clientelista que atrelava sindicatos a partidos (pré-64), sindicatos e associações às prefeituras e Estado opunha-se a busca de *autonomia*. Em oposição ao vanguardismo, dirigismo e cupulismo propunha-se a busca de *democracia* participativa interna.

Cidadania, autonomia e democracia interna apareceram em muitos trabalhos, então, como conceitos explicativos do caráter dos movimentos sociais, seja quando (nas conclusões dos trabalhos) havia um veredito favorável às CEBs, seja quando havia críticas e o lembrete de como elas deveriam ser.

Transição democrática? — No início da década de 80, contudo, o papel da Igreja e das pastorais populares não era mais consenso. Em tempo de reorganização partidária e explicitação de correntes no interior do movimento sindical, as opiniões se dividiram. Usando termos mutuamente acusatórios em torno das CEBs, ou do trabalho de Igreja, opuseram-se populistas e positivistas.

Esquemáticamente, para os que, de dentro, acreditavam em um processo irreversível da caminhada do povo, as CEBs, e os outros espaços sociais conquistados a partir delas, eram sinais evidentes dos passos dados.

Para os que criticavam o reformismo e a idealização destas organizações, tornava-se necessário lembrar sua funcionalidade, como estratégia de reprodução, para uma igreja transnacional, hierárquica e poli-

como ferramenta para conhecer a realidade do capitalismo.

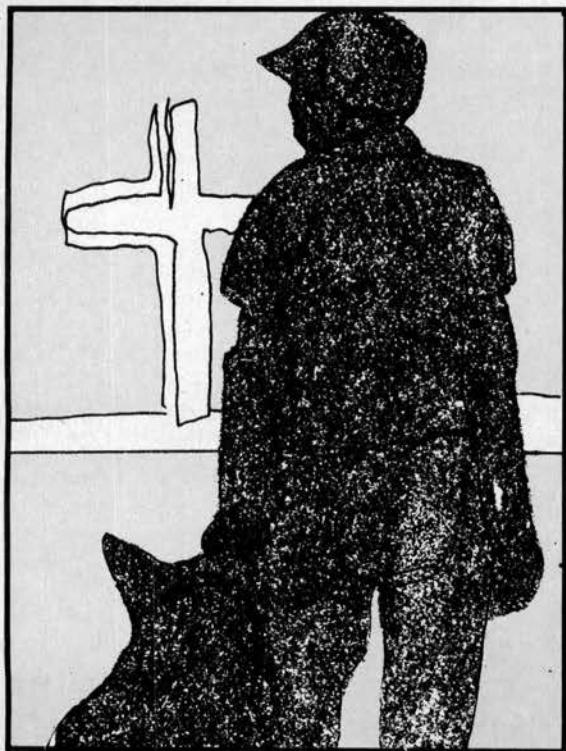
O subtexto deste debate poderia ser encontrado nas discussões sobre as formas de participar da campanha das eleições diretas, sobre a ida ou não ida ao Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo/Sarney, sobre a participação/não participação no governo Sarney. Este debate esteve vivo até os primeiros dois anos da “nova República”. Posteriormente, esgotadas as possibilidades de amplas alianças no bojo da transição conservadora, as posições se matizaram. E, de certa forma, as partes acabaram mutuamente (mas nem sempre explicitamente) reconhecendo parcelas de razão em seus adversários intelectuais para a questão em jogo.

Teoria da caminhada — A “teoria da caminhada do povo” trouxe consigo velhos e novos elementos. Por um lado, ao falar de libertação, trazia à tona a conhecida escadinha (comunidade/associações/sindicato/partido) em uma perspectiva linear e cumulativa bastante próxima da teoria clássica que pretendeu negar. Por outro lado, o fato de estar colada nos movimentos sociais exigia que se cometessem certas heresias em relação a uma leitura ortodoxa desta mesma chamada teoria clássica. Isto é, acabava por valorizar grupos sociais e lutas específicas que talvez fossem desprezados em outros contextos em que era inabalável a certeza de predestinação histórica da vanguarda do proletariado para a superação do capitalismo. Além do mais, as pastorais, promovendo seu recorte próprio, faziam encontrar lideranças do campo, das periferias urbanas, das fábricas etc. para trocar experiências de forma inédita em nossa história.

Novos espaços foram conquistados e neste processo os cristãos, provenientes das CEBs, os ocuparam. Mas, nos sindicatos, central sindical e partidos, eles se depararam com a concorrência de “tendências” políticas e/ou sindicais e se deram conta de que a teoria da caminhada e as categorias cidadania/autonomia/democracia interna (embora fossem sua marca distintiva no campo político-sindical) já não bastavam para dar conta dos novos embates.

Pedro Ribeiro de Oliveira, em artigo inédito intitulado *A Igreja dos*

O projeto de construção de uma Igreja dos pobres ganhou consistência ao mesmo tempo em que, sob o regime militar, grupos de esquerda faziam autocrítica da perspectiva vanguardista



classista. E, principalmente, incomodava seu sectarismo em um momento de negociação para a transição democrática.

A ênfase na comunidade e a negação da delegação de representação sindical e política levaram certos autores a aproximar esta forma de fazer política (própria do setor progressista da Igreja Católica) do populismo clássico.

O estranhamento que estes críticos manifestaram, ao ver categorias científicas (basicamente marxistas) ao lado de razões morais (basicamente teológicas) nos documentos e análises produzidos no âmbito das pastorais, deu lugar a que fossem chamados por seus interlocutores (os populistas) de positivistas.

O alcunha positivista pretendia apontar para certos desvios acadêmicos de marxistas que teriam se esquecido da dialética, enquanto eles próprios — embora criticassem qualquer primazia da teoria sobre a prática — utilizavam a teoria marxista

pobres e a atividade político-partidária, considera esta questão no âmbito do partido político. Considera o autor que os cristãos vindos das CEBs são a maioria no PT e nos sindicatos combativos. No entanto, não chegam à sua direção, podendo ser até cooptados por tendências que lhes ofereceriam melhor formação política. O autor atribui esta fraqueza à falta de formação teórica. Entendendo formação como capacitação para analisar a realidade e tomar decisões teóricas, o autor propõe uma escola que dê conta de um empreendimento teórico extremamente exigente. Os responsáveis pela formação política dos dirigentes populares deverão: 1) manejar perfeitamente as categorias dialéticas de análise; 2) dominar o conhecimento da história das lutas populares; 3) desenvolver o método Paulo Freire para a educação política superior; e, 4) articular teoricamente a concepção materialista da história e do saber popular latino-americano (inclusive em sua dimensão religiosa que não se reduz ao cristianismo).

Esta proposta de Pedro de Oliveira é apenas uma entre outras que aparecem no âmbito das pastorais. Hoje parece um consenso, entre aqueles que nos anos 70 defendiam a teoria que nasce da prática, a necessidade de formar, capacitar lideranças nos termos exigidos pelas demandas e regras do campo político e sindical.

Proliferam as experiências de escolas ou cursos de formação ligados direta ou indiretamente a setores da Igreja Católica, assim como ampliam-se as possibilidades de entendimento com setores da universidade que poderiam ser úteis à esta formação.

Há concordância na necessidade de formação política; fala-se correntemente em estudo teórico, em conteúdos. Já se procura evitar que os depoimentos sejam longos e repetitivos. Não há muito tempo a perder. É necessário aprimorar um instrumental de análise. Este deve sempre ser pensado e repensado a partir da prática, mas não dispensa a busca de aprofundamento teórico.

Contudo, ao se concretizar esta perspectiva, corre-se o risco de explicitar-se certo distanciamento entre intenções e o próprio conteúdo desenvolvido. Como afirma Cláudio Peroni, em artigo intitulado *Pastoral po-*

pular e movimentos sociais (Cader-nos do Ceas, 119): "Mesmo quando os agentes ou assessores pretendem não trabalhar com preconceitos ideológicos das concepções vulgares ou doutrinárias do marxismo, os pressupostos básicos dos seus projetos e cursos de formação são quase sempre a luta de classes que implica a existência de uma força (classe) localizada no centro da produção e capaz de transformar a sociedade através da luta, a partir de um projeto prévio. Hoje isto parece não dar conta da realidade toda, pluralista e particular, múltipla e fluida".

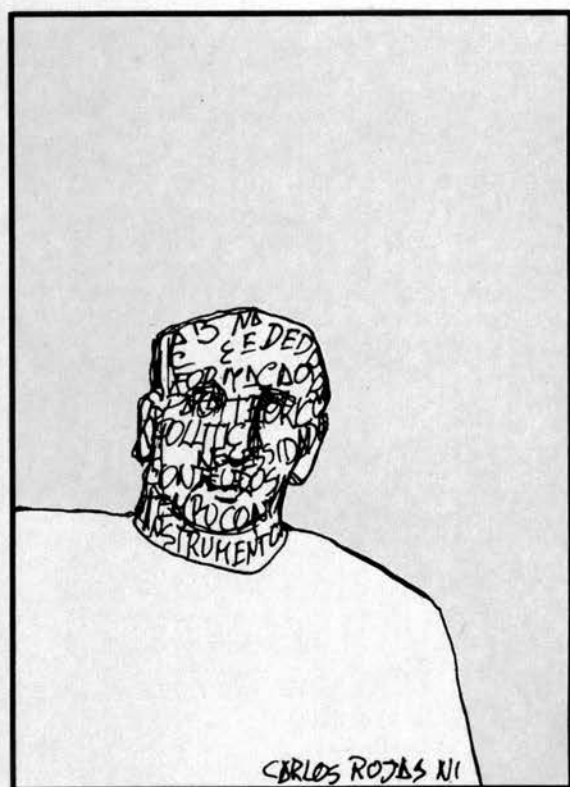
De fato, examinando os programas dos cursos e a preferência que muitas vezes se dá a "assessores didáticos", pode-se notar que, apesar de toda negação da teoria/camisade-força, em muitos espaços de pastoral procura-se a teoria que sirva a nossa prática.

Fala-se, às vezes, sobre teoria de maneira tão substantivada e escatológica quanto os marxistas oficiais ortodoxos falavam há tempos. Por ve-

É preciso evitar a teoria da previsão histórica por antecipação. A teoria pode clarear a realidade, mas não pode evitar que a ação política se faça proposta e risco

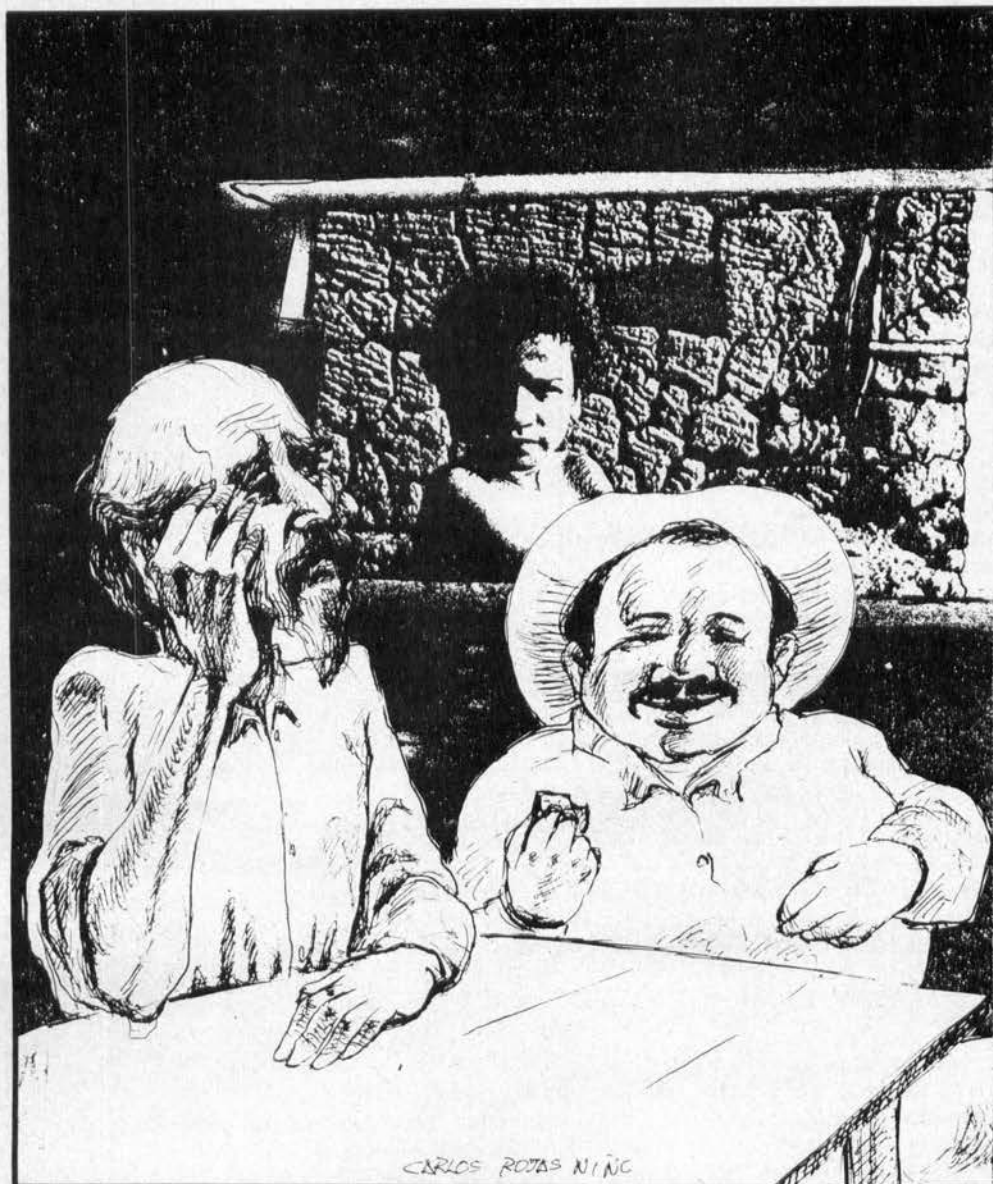
zes, esta expectativa dificulta o diálogo da pastoral com certos aliados da academia, ainda que lhes dê acesso a outros. Quando pessoas da pastoral chegam hoje às universidades buscando prover seus espaços com aprofundamento teórico, não encontram mais um setor que monopolize a cientificidade da teoria marxista. Encontra correntes de pensamento que se consideram de tradição marxista mas que questionam — cada qual de sua forma — a previsão histórica por antecipação. Ou seja, a teoria que dá lugar à dúvida, que não é normativa, que pode clarear a realidade, mas não evita que ação política se faça sempre por aposta e risco. Mas como há sempre ortodoxias de plantão, às vezes é mais cômodo se aproximar delas.

Qual é o risco? Perder o legado mais importante que a teoria da caminhada do povo deu aos anos 70.



Nesta ocasião, um Brasil desigual, multifacetário, com especificidades regionais e intra-regionais veio à tona através das lutas de trabalhadores que tinham em comum principalmente seus antagonistas: o Estado e as diferentes formas de capital que os subordinava. Hoje, exige-se que para toda essa multiplicidade haja uma teoria afirmativa e esquemática. Corre-se o risco, então, de abrir mão das "heresias" e com elas de experiências sociais recentes que poderiam clarear a compreensão dos fluxos e refluxos do processo histórico ou, se quiserem, clarear os inevitáveis tropeços da caminhada.

Regina Célia Reyes Novaes, antropóloga, é professora do IFCS/UFRJ, assessora do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CE-DI e integrante do conselho editorial de *Tempo e Presença*.



CARLOS ROJAS NIÑO

DOM QUIXOTE E SANCHO PANÇA

Fernando Altemeyer Júnior

Como a principal obra de Cervantes, o trabalho do intelectual com o movimento popular é uma aventura que prevê conflitos, dores e esperanças

"Abri caminho, senhores meus, e deixai-me voltar à minha antiga liberdade; deixai-me ir buscar a vida passada, para que me ressuscite desta morte presente." (Dom Quixote de la Mancha, Cervantes)

Avaliar o impacto da relação do intelectual na assessoria da pastoral popular é o objetivo deste artigo. Esta relação pode ser comparada à grande aventura de dom Quixote e seu ajudante Sancho Pança. Pretendemos seguir esta aventura de tantos militantes de base e intelectuais populares nos movimentos sociais com ajuda de Cervantes, procurando "matutar" nossa prática político-pastoral à luz da novela do século 17, escrita para combater os que armavam cavaleiros para lutar às cegas. Divididos entre sonho e realidade estavam Quixote e Sancho Pança. Divididos entre teoria e prática, pensamento e transformação da realidade, estamos nós.

Indignação ética — O descobrimento da realidade e o contato com a vida dura da imensa massa subalterna do continente latino-americano é o momento primeiro, a abertura de caminho que desvenda aos olhos do intelectual a vida presente, a morte cotidiana, os rostos dos pobres e explorados que têm nome, corpo e exigências históricas de ressurreição.

É esta compreensão, não tanto intelectual, mas visceral, que incomoda a mente, as categorias, o coração, até atingir as vísceras do agente ou intelectual comprometido com a vida dos pobres.

Esta indignação ética assumida seriamente sempre leva à mudança de lugar social e a um processo contínuo de conversão. É a grande descoberta do mundo do povo. É aquela sede contínua e insaciável de mudar as coisas. É a necessidade pungente e constante de estudar e aprofundar o porquê das coisas. É a imersão necessária nas ruas, fábricas, casas, barracos do continente latino-americano. É o intelectual baixando do pedestal e da cátedra para andar pelas ruas e praças do mundo. É um caso real de "loucura", de rompimento com a velha visão de intelectual e de acadêmico que se tem e se vive. É o começo do fim de uma teo-

ria sem prática e de uma prática sem teoria maturada e partilhada. É o primeiro passo e o maior conflito dessa relação entre intelectual e grupos e organizações populares.

"Mal cuja causa não se sabe, é milagre que acerte a medicina!"
(Dom Quixote)

A segunda descoberta é a de que somente o conhecimento das necessi-



dades do povo e a intuição do intelectual, ou ainda sua bagagem cultural e libresca, não bastam. É necessário construir sistematicamente uma busca às causas dos males e dos fenômenos sociais e eclesiais. É necessário uso de um método e rigoroso treinamento pessoal e coletivo para este tipo de leitura da realidade. Podemos dar o nome de disciplina do agir e do pensar. Ou melhor, do pensar o agir e agir pensando e avaliando a prática realizada. É o momento em que o povo, seus organismos e lideranças vão adquirindo coesão e organização intelectual, pertinência e necessidade de rever os possíveis equívocos (e são muitos) e categorias de análise que perdem valor e atualidade.

Só é possível derrotar "a morte presente" se o esforço por descobrir a causa e seus mecanismos consumirem a inteligência, as energias e construir uma metodologia da ação. O intelectual deve ir oferecendo seu saber ao grupo popular e este sua experiência e chave de leitura e interpretação.

Deste "bate-papo" sobre prática e teoria nasce a compreensão sobre a realidade e quais as formas mais adequadas para mudá-la. Neste momento normalmente aparecem os vícios, tanto do intelectual, como do povo das comunidades, associações e organismos populares e pastorais. É o momento da dureza, do conflito, mas também da maturidade e do reconhecimento dos diferentes.

"As ações que não mudam nem alteram o fundo verdadeiro da história, não há motivo para se escreverem..." (Dom Quixote)

Todos que militamos e acompanhamos os movimentos de transformação da realidade nos inspiramos, certamente, embora não de maneira mecanicista e maniqueísta, por este modo de pensar e de compreender a ciência e o papel do intelectual: não nos interessa mais uma teoria que não ajude a transformar a realidade!

Não queremos mais uma teoria desvinculada da prática, um tipo sempre presente de academicismo ineficaz. Mas, hoje em dia, também não queremos, e isto é difícil superar, um ativismo concentrador e desgastante. É preciso descobrir as categorias novas de análise da transformação, transmiti-las e socializá-las amplamente e exercitar o maior número de pessoas a possuir o método e não somente o resultado. Ter nas mãos as ferramentas e não somente o manual ou texto de instruções. Manejar, dialogar e interpretar com estas novas categorias como práxis, classes sociais, forças e hegemonia, condições objetivas e subjetivas, mística, oração, pastoral, prioridades, ecumenismo, pluralismo, firmeza e convicção, pedagogia e paixão pela luta e pela causa.

O intelectual deve sempre desconfiar de suas teorias e testá-las continuamente. O povo deve sempre interrogar mais fundo e repensar sua prática, palavras, gestos, sentimentos e

alianças. Este é o momento do teste de qualidade do discurso e da prática. É o momento em que tanto o intelectual como o grupo popular ou pastoral descobrem que não detêm a verdade, mas são apenas um ou uma em busca ansiosa dela. É o momento de descobrir esta verdade que Cervantes coloca na boca de Sancho Pança, homem do povo: "Cada qual é filho das suas obras".

"Digo que não pode existir cavaleiro andante sem dama, porque tão próprio e natural assenta nos que o são serem enamorados, como no céu ter estrelas; e onde com efeito nunca se viu história de cavaleiro andante sem amores? Também, Vossa Mercê, há de ser por força enamorado."
(Dom Quixote)

Como nos diz Cervantes em sua monumental obra da literatura uni-



versal, não é possível ser cavaleiro sem amores. Será possível ser intelectual inserido na luta da Igreja dos pobres, dos sindicatos classistas, do movimento popular, de negros, de índios, de mulheres, sem amores? Seria possível caminhar e assessorar pastoralmente as comunidades de base e na base sem uma grande paixão? Penso sinceramente que não. E a entrega recente de milhares de companheiros, militantes sindicais, verdadeiros cristãos — mártires latino-americanos nas mãos dos opressores — tem sido o sinal mais marcante de que os intelectuais na América Latina estão comendo o mesmo pão, na mesma mesa dos empobrecidos.

São estes intelectuais verdadeiramente orgânicos (pedindo licença

ao grande Gramsci), como Chico Mendes, Margarida Alves, dom Oscar Romero e tantos outros irmãos das diversas etnias e confissões religiosas e políticas que demonstram estar profundamente enamorados pela causa da libertação. Sua palavra carrega o vigor científico e humano. Seus corpos, as marcas de uma intelectualidade encarnada e radical. Seu pensamento, a perenidade dos grandes pensadores. Seu sangue e seus cérebros, a certeza de que os poderosos deste mundo não podem suportar o pensamento alternativo das classes subalternas. Por isso, quando os matam, realizam rituais macabros como o feito com seis padres jesuítas de El Salvador, em novembro, de torturar os corpos e arrancar os cérebros. Como fosse uma mensagem: "Nós, os opressores, queremos matar e destruir vossos corpos mas, especialmente, vosso pensamento".

No entanto, a prática cotidiana destas mulheres e homens demonstra com clareza que a paixão invadiu a ciência e lentamente está sendo buscado o equilíbrio perdido com a revolução da modernidade e o pensamento cartesiano. Passamos duramente, mas firmemente, do "penso, logo existo" para o "apaixonono-me, logo

luto". Ou, como nos diz dom Quixote, respondendo ao amigo Sancho: "As feridas que nas batalhas se recebem antes dão honra do que a tiram". Esta grande paixão do intelectual pelo seu povo, que lhe dá um alto grau de responsabilidade e que exige, como dizia Ernesto Che Guevara, alta dose de disciplina e humanidade, tem sua contrapartida na gratuidade, alegria, comunhão dos pobres com estes seus aliados, companheiros e irmãos. É a carícia, o sorriso, a partilha do café e da marmitta, o choro na dor, a tubaina e a pinga tomadas no mesmo copo nos dias de festa. É a liturgia da vida e da memória.

"Não é possível manter sempre o arco retesado, sem algum lícito recreio." (Dom Quixote)

Todo trabalho do intelectual e seu relacionamento com o pensar, o viver e as lutas das classes populares, seus organismos e agentes, sempre está marcado por uma grande dose de decepção, conflito e alegria. Não é inútil nem desnecessário dizer que o momento da festa deve fazer parte fundamental nesta relação. Sem festa não há vida. Sem festa não há comunhão. Sem "recreio" não é

possível, para a fraqueza humana, sustentar o "arco retesado".

Manter este equilíbrio entre luta e festa é a tarefa mais difícil para o povo e para o intelectual. Vale lembrar aos militantes e lutadores da causa popular que as pessoas não têm corpo e alma. Elas são corpo e alma, sentimento e racionalidade. Pensamento e sensibilidade constituem o ser pessoal e identificador. Não se pode quebrar no corpo, tampouco na coerência mental. A libertação e o processo longo do enfrentamento exigem cada vez mais pessoas lúcidas e inteiras. Já que somos tão poucos, como nos ensinava padre Nildo, temos que nos amar muito. E nos apoiar materialmente, psicológica e politicamente. Isso tudo sem falar do imprescindível apoio comunitário e da fé.

"Tudo acaba em sombra, em fumo, em sonho." (do burlador a Sancho)

Este soneto dedicado a Sancho Pança abre nosso horizonte para perceber que nesta imensa aventura, que é a busca da vida digna de milhares de pessoas e povos, tanto os pobres, que se organizam, quanto os intelectuais, que os acompanham e do meio deles brotam, enfrentam conflitos, dores e esperanças.

Há na América Latina, no âmbito da pastoral e da teologia, o descobrimento da realidade e de uma nova consciência cristã. Está se construindo uma nova hermenêutica, uma nova ciência, uma busca cada vez mais apaixonada da verdade, de uma verdade que se faz amor e prática solidária. Descobre-se que um conhecimento correto depende de uma ação correta. E que, afinal, a finalidade da ciência, como nos dizia sabiamente Bertold Brecht, "é aliviar a cansaça humana", ou como diz Cervantes, no final desta grande aventura que é *Dom Quixote de la Mancha*, ao afirmar: "Só para mim nasceu dom Quixote, e eu para ele: ele para praticar as ações e eu para as escrever. E nós somos um só".

Fernando Altemeyer Júnior, 33 anos, sacerdote católico, trabalha nas comunidades de base da periferia de São Paulo e assessora a Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo.



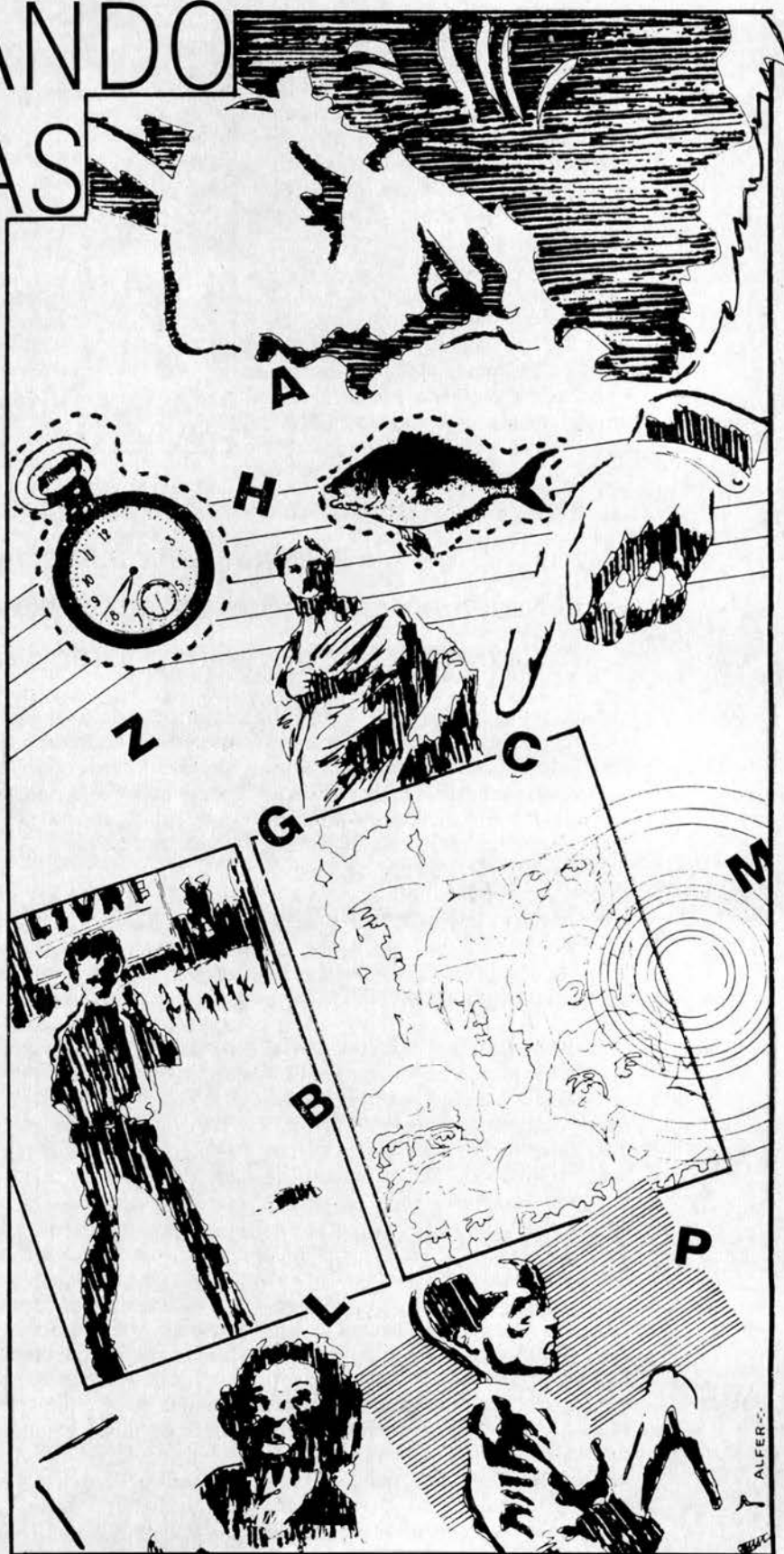
ARREGAÇANDO AS MANGAS

Experiência de professores da UFRJ prova que, até sem recursos, é possível melhorar a qualidade da formação teórica e da pesquisa científica

Yvonne Maggie

Cansados de discutir, criticar e lastimar a situação de descrédito e de abandono em que vive o ensino de graduação e a própria universidade brasileira, um grupo de professores do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro resolveu, há cerca de seis anos, fazer algo que pudesse contribuir para reverter esse quadro, pelo menos no domínio restrito da instituição na qual trabalhavam. Alguns ideais e um passado de luta sem heróis em uma das instituições mais atingidas pelos atos institucionais de cassação de professores, em 1964 e 1968, e das mais visadas pela repressão nos vinte anos de ditadura, animavam esses professores e pesquisadores.

Vínhamos de um passado onde os poucos recursos para pesquisa e as verbas para o ensino de graduação chegavam aos pingos e exauriam qualquer esforço individual. Não que não tivéssemos recursos. Fizemos nossos cursos de pós-graduação com auxílio de agências financeiras. Tínhamos algumas bolsas de iniciação científica que contemplavam uma parcela reduzidíssima do alunato (menos de 0,01%) mas que sabíamos usar com criatividade e carisma para incentivar jovens estudantes para a pesquisa científica. Tínhamos um programa de mestrado e alguns grupos de pesquisa atuando no âm-



bito da pós-graduação. Eram esforços isolados que rendiam algum fruto, mas que sabíamos pouco.

Tivemos que lutar por muitos anos para poder ter um convívio com os alunos. Durante muitos anos os corredores foram habitados por agentes silenciosos dos órgãos de repressão que denunciavam o professor ou o pesquisador mais atento aos estudantes. O resultado dessa situação foi, de um lado, uma dispersão de esforços que fez com que cada pesquisador mais atuante agisse isoladamente e se ligasse a outras instituições mais preservadas, e, de outro, um isolamento da própria instituição, que embora existindo não aparecia



Carlos Rojas Nino

*É através da pesquisa e da boa formação teórica
que se pretende uma intervenção mais
qualificada no movimento social. A pesquisa é o
laço forte que une universidade e sociedade*

no cenário mais público. Conseguimos, depois da luta pela anistia, no início dos anos 80, construir salas com verbas reduzidas e muitas vezes retiradas de nossos salários onde finalmente pudéssemos trabalhar, receber alunos, fazer grupos de pesquisa em horário integral. A conversa e o convívio desses poucos colegas no dia-a-dia passou a ser o que fazer para deixar de se lastimar e criar novas condições de trabalho.

Laboratório de Pesquisa Social

— Alguns mais corajosos e unindo-se aos anseios dos estudantes criaram em um ato espontâneo e futurista o Laboratório de Pesquisa Social como um órgão do Departamento de Ciências Sociais. Essa idéia germinou. Em alguns anos o Laboratório de Pesquisa Social se transformou. Aos poucos professores que de início se animaram a fazer a pesquisa com os alunos e conseguir bolsas de iniciação para o projeto foram se juntando outros, e em dois anos criaram-se nove núcleos temáticos de pesquisa que congregam professores com diferentes projetos integrados, de um lado, por algumas temáticas básicas e, de outro, pela idéia central, agora mais clara para todos, de que a pesquisa deveria ser integrada à

graduação de forma mais estrutural e que a iniciação científica podia servir para “dar sentido” e integrar os estudantes que muitas vezes sofriam diante das aulas “teóricas” nos cursos de graduação.

Tudo parecia fazer um certo sentido. O estudante começava a ler Marx, Weber e Durkheim e ao mesmo tempo estava inserido em uma equipe de pesquisa discutindo outro nível de formulação teórica, onde as aulas e os “teóricos” eram vistos por outro ângulo e ganhavam sentido, sobretudo, porque os temas dos núcleos eram ligados com maior ou menor intensidade às graves e angustiantes questões que fervilham na cabeça das pessoas “de bem” em nossa sociedade.

Assim foram se constituindo núcleos como o Nepi (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Infância), o Núcleo da Cor, com projetos de pesquisa sobre relações raciais e cultura negra, o NEI (Núcleo de Etnologia Indígena), o Nusc (Núcleo de Sociologia da Cultura), com projetos sobre carnaval e também sobre as ciências sociais no Brasil, o Nuer (Núcleo de Estudos Rurais), o Nurbi (Núcleo de Estudos Urbanos e Industriais), o Nupes (Núcleo de Pesquisas Sindicais), o Navedoc (Núcleo

Audiovisual de Documentação) e o Amorj (Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro).

Cada um desses núcleos têm sua história particular, mas todos têm em comum a certeza de que é através da pesquisa que se pode sair do marasmo e da apatia que se abate sobre a graduação em ciências sociais.

O ambiente que o Laboratório de Pesquisa Social criou contaminou os participantes que discutiam, estudavam e revidavam críticas dos menos participantes quando diziam que aquilo não era pesquisa, ali era lugar só de estudantes ou ainda — a mais grave de todas as acusações — de que ali se fazia “assessoria e isso não é pesquisa”.

A extensão é o terceiro pé do tripé que anima o Laboratório de Pesquisa Social. Acreditamos, uns mais outros menos, uns de um modo outros de outro, que é através da pesquisa e da boa formação teórica que se pode pretender uma intervenção mais qualificada no movimento social. Acreditamos que a pesquisa é mesmo o laço mais forte que une universidade e sociedade. Fomos todos, ou a grande maioria, formados após 1968 e fazemos, com algumas excessões dos mais jovens, parte de uma geração que lutou com a frustração de ver o modelo político construído para a sociedade brasileira cair por terra com o golpe de 1964 e 1968. Tivemos que fazer, e fizemos, uma crítica da sociologia dos anos 50 e 60 e lutamos para enfrentar a busca de novos dados e de novos materiais para tentar um ou alguns novos modelos. Alguns mitos e pressupostos da sociologia brasileira foram postos por terra através da pesquisa e muitas vezes de pequenos projetos. Fomos formados, a grande maioria, em programas de pós-graduação onde a pesquisa centralizava o ensino.

Os frutos dessa história foram colhidos agora, na graduação, com essa experiência que foi sendo forjada aos poucos.

Participação nos movimentos —

Formação teórica, pesquisa com iniciação científica e extensão entendida como participação qualificada teoricamente nos movimentos sociais podem ser considerados os três pés onde se apóia nossa experiência. O

que fazer com esse acúmulo de dados e formulações que são produzidos? Por que não tentar comunicá-los a um público menos qualificado academicamente?

Os núcleos, uns direta outros indiretamente, usam essa busca de qualidade de recursos humanos e pesquisa para intervir de forma mais eficiente no movimento social. Alguns núcleos se ligam a algum grupo, outros a vários e outros ainda prestam consultorias e “emprestam” seus conhecimentos. Muitos núcleos dispõem de acervo onde consulentes de fora podem obter informações sobre os temas pesquisados e alguns já possuem bancos de dados com informações de vários tipos.

O Laboratório de Pesquisa Social conseguiu juntar, através da pesquisa, uma melhor formação teórica a uma melhor participação no movimento social. Mas essa experiência possibilitou ainda ampliar os beneficiados com bolsas de estudo e recursos para pesquisa.

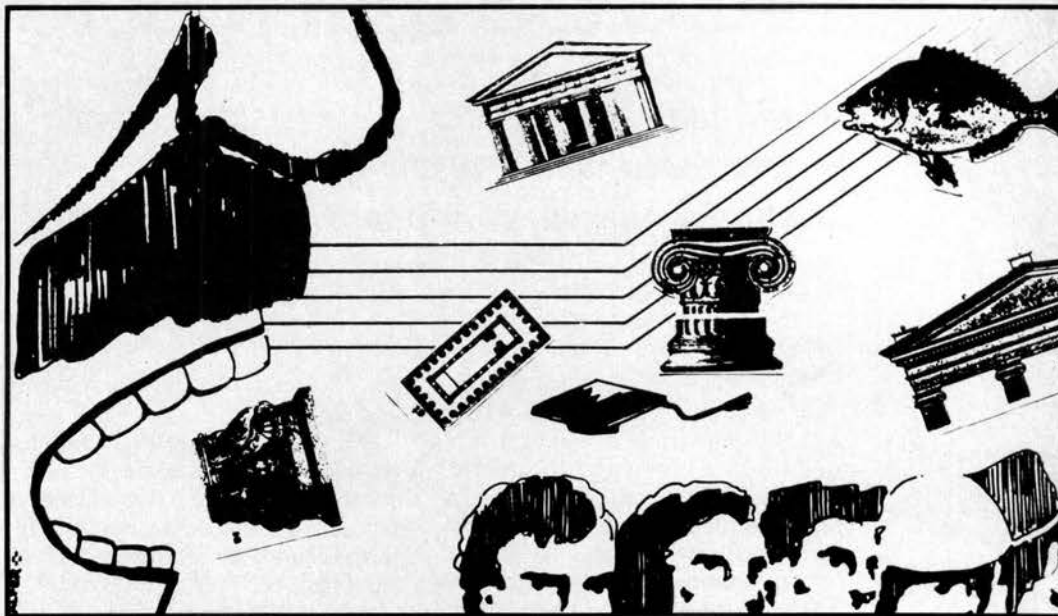
Os estudantes de graduação em Ciências Sociais provêm de estratos sociais bem diversificados da zona norte e subúrbios e da zona sul do Rio de Janeiro. São filhos de professores, pesquisadores, médicos e também filhos de operários, primeira geração de universitários.

Essa experiência permitiu uma maior participação dos estudantes de menor status, que ganham uma melhor formação teórica. Além disso, o contato com essa diversidade de experiências permite um diálogo entre teoria e prática rico e estimulante.

Universidade comprometida — Mas não se formam apenas pesquisadores de primeira linha. O objetivo mais perseguido é o de conseguir desenvolver nos estudantes a busca do saber e a coragem de fazer perguntas certas e dizer o que realmente acreditam, não repetindo velhos chavões. Essa qualidade do pesquisador é também qualidade para qualquer pessoa que deseja uma real transformação da sociedade e que esteja atuando em qualquer um de seus ramos.

O resultado é ainda estimulante no que diz respeito à própria participação da sociedade na universidade. Por uma versão perversa de universi-

Por uma versão bastante perversa de universidade, vista sempre como o locus da elite, o povo parece tímido em demandar dela e buscar nela suas reais necessidades



dade, vista como o *locus* da elite, o “povo” parece tímido em demandar dela e em buscar nela apoio para suas necessidades.

Nossa experiência vem trazendo novos personagens ao cenário universitário, quer na forma de um grupo de estudantes de alta qualificação teórica, quer na forma de pessoas que buscam a informação ou procuram informar dando entrevistas e discutindo. Vemos nos corredores uma maior participação desses “não universitários”, líderes de movimentos de bairro, políticos etc.

Não se pretende com essa experiência “resolver” o elitismo da universidade ou lançar uma receita para que ela saia de seu castelo. Há muito o que fazer e certamente há muitas possibilidades de saída. Essa foi uma que surgiu aos poucos e que temos a enorme esperança de ver cumprir sua meta.

Descrever assim uma história de tão pouco tempo pode ser prematuro porque não se sabe os caminhos que ainda se deve percorrer. Mas essa história curta não surgiu de um ato ou decreto, da pena de um educador ou pesquisador de educa-

ção. Surgiu e foi germinada em muitas conversas nas madrugadas insones e entre cuidados com os filhos pequenos. É uma experiência que extrapola muitas vezes nosso controle, pois somos poucos mas munidos de uma enorme paciência e persistência e com um imenso desejo de juntar esforços e mudar nosso pequeno espaço.

Acreditamos firmemente que alunos de todos os estratos podem ter uma boa formação teórica e que negros, brancos, mulheres ou filhos de médicos e domésticas podem contribuir para avanço da ciência e transformação da sociedade.

Se ninguém nos atrapalhar e se estivermos com razão, certamente frutos mais maduros serão colhidos nos anos vindouros, sobretudo trazendo de volta para mestres e discípulos a certeza de que estamos lutando com nossas armas e nossas esperanças pelo advento de um mundo melhor.

Yvonne Maggie é professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Autora do livro *Guerra do Orixá* (Zahar).

APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

Muito mais que debater, a universidade pode e deve contribuir de forma efetiva, até institucionalizada, com o movimento sindical

José Ricardo Ramalho

Será possível, nos anos 90, pensar numa colaboração efetiva e institucionalizada entre universidade brasileira e movimento sindical? A intenção deste artigo é argumentar e apontar elementos que confirmem essa possibilidade.

Nos últimos vinte anos a universidade cresceu em número de estudantes e em termos de produção científica mas foi isolada da sociedade brasileira. Os quadros universitários que escaparam das cassações ou aqueles que substituíram os cassados enfrentaram o amargo tempo da perseguição aos estudantes e do cerceamento de atividades docentes e de pesquisa.

A universidade passou a imagem do encastelamento, da produção científica desconectada das necessidades da população brasileira em geral e,

um caso específico, do movimento sindical.

Na verdade, a repressão não havia sido tão bem sucedida, e não impediu que pesquisadores mantivessem contatos e voltassem seus estudos para assuntos de interesse da classe trabalhadora. Embora esses contatos fossem colocados sob suspeição e a divulgação do conhecimento produzido estivesse bloqueada.

Quando o regime militar enfraqueceu e o controle sobre o trabalho intelectual diminuiu, surgiram livros, pesquisas, e a ligação de trabalha-

dores com intelectuais, construída durante anos de opressão, começou a aparecer na criação de novos partidos, na reformulação de sindicatos etc. No entanto, ficou a imagem de uma universidade afastada da sociedade.

O período de conquistas políticas para os sindicatos, que se seguiu à onda de greves do final dos anos 70 e que marcou o surgimento de centrais sindicais, principalmente a CUT, também atingiu positivamente a universidade. Através de um movimento docente, discente e de funcionários, realizaram-se greves por questões salariais, por melhores condições de trabalho e, principalmente, por um processo de democratização da instituição universitária. Graças a esse processo, ocorrido nos últimos anos, retomou-se a discussão sobre a distância universidade-sociedade.

A intenção aqui é sugerir caminhos para que o espaço universitário possa estar mais próximo do movimento sindical. Naturalmente, ao falar de universidade e de movimento sindical deve-se levar em conta que



são espaços plurais. A produção intelectual não está só na universidade, e esta como instituição contém em seu interior formas variadas e conflitantes de pensar a sociedade e de lidar com o movimento social. Por outro lado, sabe-se que o movimento sindical brasileiro é diverso politicamente. Portanto, a aproximação sugerida é complicada, pressupõe negociações políticas, mas é possível e pode dar certo (na verdade, já vem dando certo em algumas experiências).

Por que insistir numa colaboração tão importante mas tão problemática? A experiência acumulada em anos de um confronto constante com as entidades patronais, nos países industrializados, principalmente na Europa, já tem demonstrado para os sindicatos a necessidade de enfrentar de forma eficiente e competente a força do capital. Os trabalhadores estão fazendo greve ou estão se sentando na mesa de negociações salariais com representantes sindicais articulados, bem informados e treinados para lidar com os meios de comunicação e com os políticos. As finanças sindicais são administradas por especialistas e ao setor de propaganda é atribuído um papel decisivo de explicar para a sociedade as razões dos atos sindicais.

Nas questões relativas à formação e produção de conhecimento sobre a categoria profissional e sobre o sindicato já existe uma colaboração efetiva com quadros universitários; não só se acumula informação sobre os trabalhadores como também se cria um banco de dados essencial para que medidas de política sindical possam ser tomadas. Alguns sindicatos brasileiros já têm contato com esta realidade através de relações internacionais estabelecidas com sindicatos europeus, nos últimos anos.

Como aproveitar essa experiência para o movimento sindical brasileiro? Para começar, não se pode dizer que o movimento sindical não tem sido bem assessorado ou que falte competência às pessoas que fazem assessoria. Na verdade, nos últimos 25 anos, foram entidades de assessoria ou intelectuais isolados que mantiveram a chama acesa em termos

de produção de conhecimento, circulação de informações e cursos de formação. Mas há possibilidade de mais uma fonte de recursos — o espaço universitário.

Pode-se argumentar que a universidade está presente no movimento, já que parte da assessoria sindical tem ou já teve laços com o mundo acadêmico. O fato é, no entanto, que se continua pensando a universidade somente como uma instituição "deles" (dos empresários, dos privilegiados, dos encastelados), quando também pode ser pensada como uma instituição que pode voltar sua competência para uma produção de conhecimento que esteja estruturalmente ligada às necessidades e aos interesses dos movimentos sociais.

De que forma esta universidade que assume colocar sua produção para os movimentos sociais pode colaborar com a luta sindical? Não é uma tarefa simples. Se, por um lado, a universidade não pode ser tratada como uma instituição homogênea em termos políticos e sociais, e





portanto esta colaboração virá dos setores que tem mais proximidade com os trabalhadores, por outro, o movimento sindical também se fragmenta politicamente, e as mais variadas concepções (apesar de existirem posições mais representativas) tornam praticamente impossível um entendimento em termos globais. Mesmo os acordos possíveis, os quais se quer enfatizar, representam desafios e um difícil processo de discussão política.

Levando em conta estas dificuldades, passíveis de superação, pode-se mencionar algumas contribuições que os quadros universitários podem efetivamente oferecer ao movimento sindical.

É possível contar com profissionais na produção de conhecimento sobre determinado tipo de trabalhador, sua cultura, seus valores, sua inserção no processo produtivo, de modo que não só seja consciente de sua trajetória, como também possa constituir o conjunto da sua história. Da mesma forma pode ser produzido um conhecimento sobre a classe patronal e outros setores da sociedade de modo a equipar as entidades sindicais nos seus embates de classe. E como consequência dessa colaboração abririam-se novas chaves para publicações conjuntas sindicato/universidade, ou mesmo poder-se-ia pensar em uma linha editorial que contemplasse tais assuntos nas editoras e publicações universitárias.

Na área de formação, a universidade poderia abrir suas portas para cursos em áreas mais diversas e, conforme entendimento com o movimento sindical, oferecer cursos regulares de cultura geral para o público sindical, colaborando na formação de uma base de conhecimento mais ampla sobre os problemas que o país vem enfrentando.

A colaboração dos quadros universitários pode ser útil não só no auxílio técnico, na hora das negociações salariais e de condições de trabalho, como também na munção que podem oferecer pelo fato de terem conhecimento científico sobre o desenvolvimento do capital, suas tendências e perspectivas futuras. A questão do avanço tecnológico e seu significado para as relações de trabalho, crucial na década de 90 e objeto de estudo nos meios universitários,

pode oferecer melhores condições para que aos trabalhadores também seja dado direito de saber como enfrentar esta questão.

Podem ser ampliados e modernizados os diversos arquivos, ou banco de dados já existentes, de forma que se possa ter acesso fácil e rápido a informações de qualquer parte do país. Ao mesmo tempo poderiam ser discutidas novas linhas de pesquisa e de documentação da memória dos trabalhadores e de outros setores da sociedade que possam servir aos movimentos sociais.

Em resumo, há espaço para colocar mais gente na roda. O trabalho via utilização do espaço político e científico universitário não competiria totalmente com o das entidades de assessoria e, portanto, não diminuiria suas atividades. Por outro lado, complementaria e ajudaria no debate e no apoio ao movimento sindical.

Ano novo, novas perspectivas. Com certeza os próximos anos serão difíceis, anos de recessão, com forte possibilidade da corda estourar do lado mais fraco. Os trabalhadores devem estar preparados para o combate e precisam de aliados. O espaço universitário pode ser um espaço aberto para o movimento social. Por que não começar agora a estreitar os laços, arregaçar as mangas e tentar uma aproximação efetiva e necessária?

José Ricardo Ramalho é do núcleo de pesquisas sindicais e do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Aconteceu

Resenha semanal dos jornais de maior circulação do país

Assinatura anual: Cr\$ 170,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 260,00
Exterior: US\$ 50

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Rua Cosme Velho, 98 fundos, cep 22241, Rio de Janeiro, RJ, aos cuidados do Setor de Distribuição

LENDO O MUNDO NO PLURAL

As experiências de educação popular têm se acumulado nos últimos anos, em muitos lugares e com diversas facetas. O resultado dessa rica prática acumulada e ainda em andamento está sendo pesquisado de forma rigorosa e séria, pela equipe do Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação

Rute M. Rios

Apesquisa *Confronto de sistemas de conhecimento na educação popular*, desenvolvida pelo Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação (Sapé), teve origem numa série de indagações acumuladas no decorrer de uma experiência de alguns dos formuladores desse projeto com alfabetização de adultos: agentes diretos, viram-se, entre 1983 e 1985, movidos pelo desafio de alfabetizar adultos de modo a reestudar, reinventar, diversificar métodos e rever a abordagem que se faz dessa atividade. Importava sobretudo experimentar e analisar o processo de produ-

ção de conhecimento nesse tipo de prática.

As questões suscitadas foram posteriormente ampliadas e transpostas ao âmbito de outras atividades desenvolvidas no campo da educação popular, nas quais os autores do projeto têm uma trajetória de envolvimento direto: alfabetização de adultos, educação política, formas alternativas de produção e ensaios de organização de populações tidas como marginais.

A princípio, o conjunto de atividades que são atribuídas à educação popular trata substancialmente das

condições de criação, expressão e aquisição de conhecimento pelos grupos populares, em função de seu fortalecimento político.

Implementada sob influência de fatores e atores diversos, o desenvolvimento dessas atividades supõe deliberações em diferentes instâncias, que podem, inclusive, se contrapor umas às outras. E, na dependência do que se pretende com o trabalho de educação popular, as possibilidades de cada situação podem ser exploradas diferentemente.

Preocupações — Analisando essa dinâmica na forma em que se coloca na atualidade, centramos nossa atenção em duas preocupações fundamentais. Uma diz respeito à maneira como vem sendo tratado o núcleo principal do trabalho — a dinamização de processos de conhecimento. Esse núcleo vem perdendo peso em consequência do ativismo que caracteriza boa parte das iniciativas ditas de educação popular, confundindo apoio às iniciativas populares com volume de atividades em andamento; estado de mobilização permanente com participação real das populações. Ao enfatizar-se a criação de fatos visíveis como linha de trabalho junto aos grupos populares, dificulta-se a apreensão da complexidade dos processos sociais nos quais essas intervenções se fazem presentes.

Mais séria que a questão do ativismo é a constatação de que muitas das experiências de educação popular têm servido de canal para transferência de um saber que encontra pouca correspondência no universo dos setores com quem se trabalha.

Em se fortalecendo a transferência desse saber, nos artifícios das práticas dialogais, parte-se da suposição de que a "fragilidade" das camadas populares reside na carência do conhecimento já produzido e em uso por outros segmentos da sociedade, não se reconhecendo, nas práticas que reúnem grupos populares e agentes ou assessores, existência de um confronto e de circularidade entre sistemas de conhecimento. O desafio está em explorar as diferentes racionalidades em jogo, legitimando-as.

Achados — Convencidas de que a solução metodológica não está dada a priori, mas é criada no pro-



Carlos Rojas Niño

cesso, iniciou-se trabalho de investigação nas vertentes alfabetização de adultos e educação política, há dois anos. Os "achados", até o momento, caminham na seguinte direção:

— Ter, na própria base da proposição de pesquisa, o princípio da valorização dos ensinamentos produzidos no interior do processo de trabalho. Se, a princípio, não estamos munidos de uma solução metodológica ou teórica, estaremos mais à vontade para submeter nossos instrumentos de trabalho à clivagem de um confronto com realidades concretas; mais atentos à descoberta de novos desafios, à apreensão das contribuições da prática.

— Reconhecer a significação da circularidade dos saberes e a caracte-

busca de uma explicitação de identidades sociais. De um lado, porque já entendíamos, por experiências anteriores, que a autodesvalorização é uma das características dos grupos de adultos analfabetos. Por outro lado, nossa identidade também precisava ser construída, junto com o grupo, para que ficasse claro a partir de onde cada um agia.

Foi por esse caminho da valorização individual que o espaço coletivo foi sendo coletivamente tecido.

Um outro dado relevante foi o resgate da cultura de origem, aparentemente tão desprezada, no início do trabalho, pela maioria dos alunos. À medida que os espaços de expressão foram sendo usados, o que estava mais fundo (a saudade, as lem-

tradicional de aprendizagem, reatualizando determinados rituais pouco considerados na nossa proposta.

Nesse confronto explícito e flexível entre proposta e aspirações dos alunos, progressivamente, outra qualidade de relações foi se estabelecendo. A palavra, assim como o saber, deixou de ser de propriedade e autoria exclusiva do professor, desalojando uma peça fundamental na estrutura hierarquizada e autoritária do sistema de ensino já consagrado. Nesse conjunto, um dos maiores confrontos a ser investigado é a significação do livro didático.

Sentido de alfabetização — Quanto à tentativa de interpretação das várias contribuições dadas pelos alunos, não chegamos a visualizar uma estrutura que articulasse as várias versões.

De todo modo, o desejo de aquisição da leitura/escrita corria conjugado ao desejo de libertação, levando-nos a crer que carregarem consigo esse exercício de não ser, ou serem classificados como *analfabetos*, pesa como corrente e os distingue da média pelo lado negativo.

Sendo a cidade feita para letrados, esse seu lado *não lhes* é lembrado e os agride diariamente.

Assim, os alunos prendem-se ao caráter instrumental do processo, à necessidade de autonomia, de soluções imediatas que facilitem suas vidas.

Para nós, a ênfase é outra. À escrita/leitura não emprestamos um valor isolado e/ou superior a outras formas de expressão/comunicação — será, antes, na conjugação com outras possibilidades que ela tomará sentido.

Estamos iniciando agora a organização e a sistematização dos dados coletados, visando a elaboração de pequenas sínteses a serem discutidas e difundidas, oportunamente, por uma rede de parceiros mais ampla.

Rute M. Rios é mestrandia em Educação pela Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) e trabalha com educação de adultos desde 1964. Este artigo foi elaborado a partir de documentos internos da pesquisa *Confronto de sistemas de conhecimento na educação popular*. Também participam da pesquisa Maria Aida B. Costa, Cleide F. Leitão e Lygia Segala (assessora).

Nas atividades com analfabetos adultos, descobrimos que a aspiração a uma escola séria, mais do que internalização dos mecanismos de reprodução, é fruto de busca por dignidade

rística, necessariamente coletiva, da criação de conhecimento. Assim, trabalhamos sobre diversas verdades, diversas versões, diversos olhares, levando em conta a diversidade de enraizamento social do conhecimento. Não somos senão uma destas contribuições; para procurar a riqueza é preciso valorizar esta pluralidade. Dessa maneira, não buscamos o consenso ou a autoridade sobre o saber produzido.

— Integrar novos conhecimentos, ao longo do processo, de forma a nos autocriticarmos e, progressivamente, a melhor situarmos nosso papel de atores sociais.

— Destacar, num certo momento (organização e sistematização dos dados coletados), os aspectos mais relevantes e aprofundá-los. Por exemplo, na vertente alfabetização de adultos, já se indicam alguns temas que perpassam dois planos cruciais de análise: os afetos e as representações.

A construção da identidade do analfabeto, aqui tomada como um movimento entre o *pertencer* (ser parte de) e o *distinguir* (ser diferente de): o *nós* e o *eu*.

O processo de alfabetização deu seus primeiros passos apoiado na

branças, o saber específico) se revelava (através de desenhos, histórias contadas, festas etc.). Muito ajudou nesse caminho de expressão o cultivo da oralidade: registro de lendas, de mistérios da vida, de receituário de ervas, de tradições de festas etc. Todas essas manifestações foram transcritas como material de aprendizagem.

Instalou-se, nesse processo, uma passagem significativa do anonimato à reivindicação da autoria.

Ritual escolar — Constatamos, no decorrer de dois anos de atividades com analfabetos adultos, a presença de uma forte aspiração ao ritual escolar. Fomos descobrindo que essa aspiração a uma escola "séria", mais do que a internalização dos mecanismos de reprodução da sociedade, é fruto de uma busca por dignidade. Era também o resgate de uma escola guardada na memória.

Alguma vez, tornou-se necessário, nos termos do jogo de alianças proposto, assumirmos parcialmente o papel projetado por eles para o professor, definindo a escola pelos contornos (vagos, na verdade) de uma relação mais vertical. Houve tentativas de retorno a uma rotina

JOSÉ LOPEZ FEIJÓO

“A TECNOLOGIA DEVE TER FUNÇÃO SOCIAL”

A introdução de novas tecnologias nos locais de trabalho tem atingido profundamente a vida dos trabalhadores. Na avaliação dos sindicalistas, para pior. A Comissão Nacional de Tecnologia e Automação da CUT há cinco anos estuda alternativas para o novo desafio. José Lopez Feijóo, secretário geral da CUT Estadual/SP, em entrevista a Tempo e Presença defende a socialização dos benefícios que as novas tecnologias podem promover

Entrevista a Edmilson Zanetti e Rosana Soares



Douglas Mansur/Memória

TP — A tecnologia veio para servir o trabalhador ou se servir dele?

Feijóo — O problema dos trabalhadores não é a questão tecnológica, mas a utilização da tecnologia, a maneira como é utilizada, quem se apropria daquilo que ela pode produzir. Quem fica com o “lucro” da tecnologia e quem fica com o prejuízo. No capitalismo, a questão é sempre essa.

Com a aplicação de uma tecnologia cada vez mais avançada surge uma situação muito complexa para a classe trabalhadora. Pode causar desemprego, desqualificação profissional, competitividade levada a extremos jamais imaginados, tentativa por parte das empresas de quebrar o espírito de unidade da classe trabalhadora.

TP — Quais as conseqüências deste processo?

Feijóo — Há conseqüências para a saúde mental, aumento excessivo de ritmos de trabalho. Uma das que considero bastante grave é a redução do poder de barganha do trabalhador. Essa é uma característica do processo de inovação tecnológica.

TP — O trabalhador passa agora a competir com a máquina.

Feijóo — Ocorre a transferência do conhecimento do processo de produção do trabalhador para a máquina computadorizada. O trabalhador passa a ter cada vez menos conhecimento. Hoje, muitas vezes, ele nem sabe mais para que serve o que está fazendo.

TP — Em alguns casos ela pode ser aliada.

Feijóo — A tecnologia pode servir para liberar as pessoas de trabalhos cansativos, estafantes, repetitivos, mas na verdade não é assim. O eixo central se traduz em flexibilização do processo produtivo, tanto do ponto de vista do equipamento, como na própria flexibilidade do trabalhador. Num sistema tecnológico avançado você pode ter controle do trabalhador.

A pessoa é vigiada tempo integral, desde a hora que entra no portão da fábrica, onde passa um cartão magnético no computador, até o momento que, ao lado da máquina, tem obrigação de passar de novo o cartão magnético. A máquina, o ritmo, controla a velocidade.

TP — Quais os principais pontos negativos trazidos pela tecnologia?

Feijóo — No Brasil, ainda não se sentem propriamente os efeitos da inovação tecnológica porque, se comparada com outros países, é mais lenta. Mas onde ela se encontra as conseqüências já são notadas.

TP — Você tem algum exemplo?

Feijóo — Posso citar um, que conheço mais de perto, da Ford. No período 1978-1979 essa fábrica produzia quatrocentos automóveis, em dois turnos, com 12 mil trabalhadores na produção. A partir desse período começou um processo de demissão de pessoal. Por trás dessas demissões havia uma crise. Demitiu e começou um processo de modernização na fábrica. Na antiga fábrica, fez quatro novas unidades, modernizadas.

Logo após a implantação dessas tecnologias a empresa recontratou uma parcela do pessoal demitido, porque teve períodos de adaptação. Com a mesma quantidade de trabalhadores a produção interna subiu de quatrocentos para 756, praticamente dobrou.

O ritmo de todos os trabalhadores aumentou terrivelmente, com conseqüências para a saúde, conseqüências sérias em termos de acidente de trabalho, esgotamento físico e mental. Aumentou o número de pessoas que passou a encontrar, por exemplo, na cachaça, o refúgio do cansaço do dia a dia. Aumentou o número de alcólatras.

Para ter uma idéia, na enfermaria da linha de produção com novecentos trabalhadores havia uma média de 1,8 mil atendimentos semanais. Era como se todo o pessoal passasse no mínimo duas vezes por semana pela enfermaria. É evidente que nem todos passavam duas vezes, mas alguns passavam cinco, seis, sete, na maioria casos provocados por estafa e cansaço.

TP — Não houve nenhum benefício com estas inovações?

Feijóo — Os benefícios não estão colocados porque ainda não conquistamos essa faceta. A tecnologia tem vários pontos negativos, como tem várias qualidades. Lamentavelmente ficamos com as coisas ruins.

A tecnologia tem vários pontos negativos, como tem muitas qualidades. Lamentavelmente os trabalhadores ficam com as coisas ruins

plô, é um benefício um trabalho insalubre como solda ser feito por um robô e não por um ser humano. Mas a verdade é que isso não é um benefício para o trabalhador porque concretamente ele perdeu o emprego. O reaproveitamento de toda mão de obra, deslocada da sua função original e recolocada numa função superior poderia ser considerado um benefício; no entanto isso não acontece.

A sociedade e os trabalhadores não absorvem o benefício do aumento da produtividade que poderia ser repassado em forma de redução de jornada, em forma de maior tempo para estudo, em aperfeiçoamento não só profissional mas até de caráter mais geral, em salários mais altos.

TP — Como você avalia o avanço da tecnologia em outras áreas?

Feijóo — Se você observar o Brasil, os problemas que ele tem de transporte, saúde, habitação, vai ver que há tecnologia suficiente para resolver todos eles, mas não se resolve. Por quê? Porque não há interesse social, isso não dá lucro, pelo menos não dá lucro imediato, aquele que vai direto para o bolso do patrão. É um lucro social indesejado.

A questão está em todas as áreas, na área médica, de serviços, da agricultura, e tem, inclusive, efeitos graves. Se você considerar que o agrotóxico é um componente tecnológico da produção agrícola e que seus efeitos são, muitas vezes, terríveis para quem usa e para quem consome, esta é uma discussão que deve ser feita, que a sociedade tem que fazer.

Precisamos discutir que temos algumas prioridades, como a questão de acabar com as endemias, com as doen-

MONOPÓLIO PERMITE CONTROLE INTERNACIONAL

A utilização das novas tecnologias em favor de poucos chegou ao requinte de permitir, por parte das empresas, um controle internacional centralizado da produção e, conseqüentemente, dos trabalhadores. Este sistema, chamado por José Lopez Feijóo de controle centralizado via satélite, está sendo implantado pelas transnacionais em todo mundo. Feijóo fala com a autoridade de quem coordenou a Comissão Nacional de Tecnologia e Automação, da CUT.

Uma multinacional automobilística, com filiais espalhadas em vários países, por exemplo, pode transformar o mundo em uma plataforma de produção. "Isso significa que a empresa escolhe onde vai ser feito o quê, onde serão dados os serviços insalubres, onde será centrada a questão tecnológica", diz Feijóo. "Significa que uma ordem central pode aumentar ou diminuir o ritmo em qualquer das subsidiárias".

Significa mais — e este é o grande e novo desafio para o sindicalismo: a empresa conquista o po-

der de "furar" greves, um dos mais fortes instrumentos de mobilização dos trabalhadores. No caso de paralisação de uma das filiais, num determinado país, a empresa pode, para compensar, intensificar a produção em outra fábrica que faz o mesmo produto.

A tendência do movimento sindical, nestes casos, é de se colocar na defensiva. "O sindicalismo, que tem enfrentado este problema amiúde, ainda não encontrou solução e tem até recuado", admite o sindicalista, preocupado.

"É preciso garantir o emprego dos trabalhadores. Para isso, muitas vezes tem que exigir menos, concordar com redução de conquistas, com ônus de anos de luta".

Este processo coloca em risco inclusive a história da solidariedade internacional da classe trabalhadora, que vem sendo construída com muito custo.

A solução, aponta Feijóo, está em inverter a relação. A tecnologia não pode ser propriedade das empresas nem das elites, mas da sociedade, com uma função social.

ças que tem a ver com a fome, com a falta de saneamento básico.

TP — E a cabeça do trabalhador, como fica?

Feijóo — Hoje a empresa começa a trabalhar com outra faceta da questão tecnológica, que é a ideologia na cabeça do trabalhador; a empresa se preparou para trabalhar rigorosamente com o computador a seu favor. Trabalho participativo, equipe de trabalho, todas essas coisas que aparentemente democratizam as relações no interior do local de trabalho na verdade são métodos de organização da produção de transferência de conhecimento do trabalhador para a empresa. Ao mesmo tempo, a empresa cria a imagem de respeito mútuo.

Para o trabalhador na linha de produção, às vezes, trocar uma máquina moderna por uma antiga é só uma operação de troca, ele não se dá conta do que vai acontecer com a introdução daquela máquina. Para ele, ser convidado para dar sugestão num círculo de controle de qualidade pode parecer, num determinado momento, que o patrão está olhando para ele com outros olhos, está valorizando o trabalho dele, ele não percebe todo o jogo que está por trás.

Essa é a formação que o sindicato deve dar. Porque o trabalhador, depois, vai perceber as consequências e, muitas vezes, nem liga as consequências com o fato anterior.

TP — E nos outros países, os efeitos são os mesmos?

Feijóo — O Japão, por exemplo, já desenvolve em algumas empresas uma técnica que combina fórmulas modernas e antigas de repressão. Por exemplo, imagine um trabalhador que mora num conjunto habitacional da empresa, e o chefe vá à casa dele e diga à sua mulher: "Seu marido não está colaborando, corre sério risco de perder o emprego e isso significa que vocês vão perder a casa onde moram, vão ter que mudar daqui".

A Toyota, há alguns anos, construiu um hospital de cinco andares para tratar os loucos que está gerando na linha de produção. A média de suicídios na Toyota era de cinco por ano, gente que se mata em frente à máquina, se enforca no chuveiro no banheiro da fábrica.

TP — O trabalhador é obrigado a se adaptar.

Feijóo — A empresa quer flexibilidade, o trabalhador tem que ser polivalente. Se ele está numa empresa tem que saber fazer a maioria das tarefas que a empresa necessita, desde limpeza, pequenos reparos de manutenção a fazer o produto que a empresa faz. Tem que ser polivalente porque está inserido numa equipe em que pode passar pelas diversas áreas da fábrica. Pode-se dizer que o cara está mais qualificado, mas não é real, ele é um "tarefeiro". Todo mundo deve saber fazer tudo para poder socorrer algum ponto e não deixar que o ritmo caia. É mais uma armadilha de intensificação de ritmo de trabalho.

TP — Qual a solução, então, para fazer da tecnologia uma aliada do trabalhador?

"UM MAL NECESSÁRIO"

Os sindicalistas brasileiros, em geral, consideram o avanço tecnológico uma espécie de "mal necessário". Ele é inevitável e imprescindível nos tempos modernos, mas sua função social, de servir à toda a sociedade, ainda está longe de ser cumprida. Os grandes beneficiários, na prática, são os detentores do poder econômico. Os trabalhadores, ao contrário, às vezes se transformam em vítimas do processo.

A reclamação maior dos sindicalistas é a diminuição da mão-de-obra, acompanhada, quase sempre, pelo aumento de serviços. Por exemplo, no setor bancário, um dos mais atingidos, já na década de 70 os efeitos da tecnologia eram notados, como apontam dados apurados pelo Dieese: de 1979 a 1982 o número de bancários aumentou em 24,3% e o número de cheques compensados em 61,3%.

"A tecnologia é um processo irreversível. Sem ela não há desenvolvimento. O problema está em questionar a quem ela serve", observa Miguel Rupp, ferramenteiro que até o ano passado presidiu o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, no ABC paulista, hoje vereador pelo PT. Como operário na Philips, a partir de 1980, Rupp presenciou demissões em massa como consequência da chegada brusca e mal planejada da tecnologia.

"De uma maneira disciplinada e criteriosa, a tecnologia só tem a contribuir; do contrário, haverá sempre confronto na relação patrão/empregado", defende Robson Moreira, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. O primeiro impacto, no caso dos jornalistas, pode ser medido em 1985, quando a *Folha de S. Paulo* encheu a redação de terminais de vídeo e dispensou, de pronto, setenta revisores. Uma das reivindicações é que haja reaproveitamento do pessoal atingido. Hoje um mesmo jornalista acumula



Cibele Aragão/Fóton

Rupp:
o salário ainda é
a principal
bandeira do
sindicalismo



Jesus Carlos/Fóton

Robson:
de maneira
disciplinada,
a tecnologia só tem
a contribuir

as funções de repórter, redator, revisor, editor e, às vezes, diagramador. O salário é um só.

Uma das formas de lutar para ter a tecnologia como aliada é conscientizar os trabalhadores. Tarefa difícil num país em que a maioria passa fome: "O salário ainda é a principal bandeira do sindicalismo", diz Rupp.

TECNOLOGIA É USADA PARA CONTROLAR CIDADÃOS

Na avaliação dos sindicalistas, os novos processos tecnológicos têm sido usados para aumentar a produtividade e os lucros das empresas e permitir maior controle sobre o trabalhador. Em texto elaborado pela Comissão de Fábrica da Ford de São Bernardo do Campo, esta preocupação é lembrada. Diz o texto: "As máquinas são usadas para controlar o ser humano. Os digitadores em CPDs, por exemplo, são controlados pelas próprias máquinas que operam, desde o número de batidas até os intervalos para café, bate-papo, ir ao banheiro etc."

O Estado, outro dominador, também utiliza a tecnologia para controle dos cidadãos, avaliam os sindicalistas: possui banco de dados com informações sobre as pessoas, que a elas não tem acesso; permite até o arquivamento de informações falsas, colocando os cidadãos a mercê de organismos de repressão.

Reivindicações — O sindicalismo brasileiro prega a luta para que as tecnologias, novas ou velhas, sejam

usadas em favor de toda a sociedade. A lista de reivindicações do movimento se resume em poucos pontos, mas fundamentais para a sobrevivência digna do trabalhador:

- criação, pelos trabalhadores, de mecanismos para o controle da implantação de novas tecnologias;
- informações antecipadas sobre os projetos das empresas;

- comissões paritárias para discussão e implantação de novas tecnologias, direcionando sua instalação de acordo com os interesses do trabalhador;

- eliminação dos efeitos perversos da tecnologia e automação, com a requalificação da mão-de-obra e as empresas arcando com seus custos; com distribuição dos benefícios do aumento da produtividade, seja em salários ou em investimentos geradores de novos empregos;

- redução da jornada de trabalho;

- salário-desemprego;

- administração, pelos trabalhadores, de organismos e fundos criados em seu nome e/ou com seu dinheiro, como INPS, PIS/Pasep, FGTS etc.

As empresas já trabalham com a ideologia na cabeça do trabalhador; elas se preparam para ter rigorosamente o computador a seu favor

Feijóo — A grande solução está em inverter esse eixo, a tecnologia não ser propriedade das empresas, nem das elites, mas da sociedade, com função social. Isso, no capitalismo, pelo menos no capitalismo que a gente conhece, é impossível.

TP — E do ponto de vista do socialismo?

Feijóo — Do socialismo, temos algumas dúvidas ultimamente. Se o socialismo estiver realmente avançando, dentro de algum tempo iremos saber.

TP — O que os sindicatos estão fazendo?

Feijóo — Enquanto sindicato, o primeiro ponto é desenvolver uma ação internacional. A partir do momento em que foi criada uma economia internacional que está integrada e pode fazer todos esses jogos, o trabalhador só tem uma maneira de quebrar isso, é tendo comunicação, solidariedade.

Quando uma fábrica determina para outra que produza para furar alguma greve, de outro lugar, que exista comunicação em nível internacional para pedir que os trabalhadores não façam isso porque estarão fazendo com que o movimento seja enfraquecido. Já existem algumas experiências concretas nesse sentido que

deram certo, não estou sonhando. Algumas coisas vêm acontecendo.

Hoje, o número de sindicatos que já apresenta em suas pautas de reivindicação cláusulas preocupadas com a questão tecnológica é muito grande.

TP — A Constituição oferece poucas garantias ao trabalhador.

Feijóo — Na Constituição, ficou assegurada uma vaga moratória tecnológica. Nenhum trabalhador poderá ser demitido por motivo de implantação tecnológica ou coisa do gênero, de acordo com a lei. Ainda precisa ser regulamentado.

TP — Quem, então, deve promover o debate, os próprios trabalhadores?

Feijóo — Essas são discussões que cabem aos trabalhadores. É também tirar do interior da fábrica essa série de coisas que cabem à sociedade, a sociedade tem que fazer essa discussão. Nós queremos tecnologia para usar na área médica ou para fazer bombas para destruir? Tem que discutir.

TP — Que setores são mais atingidos pelos efeitos nocivos da tecnologia?

Feijóo — O setor das telecomunicações foi duramente atingido pela questão tecnológica. Quando se transforma um setor de telefonia tradicional num setor eletronicamente controlado há uma diminuição no nível de emprego.

Dados de três anos atrás apontavam que enquanto o setor se expandiu três vezes no Brasil o volume de emprego foi reduzido em 30% no setor. Um companheiro fazia a seguinte análise: uma moderna central telefônica precisa de um guarda e de um cachorro para funcionar. O guarda para ficar vigiando se as coisas estão em ordem e o cachorro para impedir que o guarda mexa em alguma coisa, senão poderia danificar o funcionamento.

Uma moderna central telefônica precisa só de um guarda para vigiar e um cachorro para impedir o guarda de mexer em alguma coisa



OUVIDOS ABERTOS AO CLAMOR DO POVO

Carlos Cunha

Durante a 8ª Assembléia da FLM, em Curitiba, foram ouvidos os clamores dos povos endividados, das mulheres, dos jovens, dos sem terra...

A 8ª Assembléia da Federação Luterana Mundial reuniu, em Curitiba, de 30 de janeiro a 2 de fevereiro, representantes de aproximadamente uma centena de países. No campus da Universidade Católica desfilarão as vestimentas mais exóticas e se falarão os idiomas mais estranhos. Uma Babel sem complicações. Cinco idiomas eram oficiais: português, espanhol, francês, inglês e alemão. O inglês era absoluto em todas as indicações espalhadas pelos edifícios da universidade. E estavam também em inglês as indicações do painel, abaixo do lema: "Ouí o clamor do meu povo".

Aproximadamente 1,5 mil pessoas andavam diariamente pelos espaços universitários, cujos portões de acesso estavam sujeitos a um rigoroso controle. Eram delegados, conselheiros, membros ex-officio, obser-

vadores, convidados, acompanhantes, visitantes, imprensa e os onipresentes e eficientes *stewards* (jovens de serviços gerais de apoio).

Nos dez dias da assembleia fizeram-se ouvir os clamores da Namíbia, dos sem-terra, da juventude, das mulheres, dos deficientes físicos, dos povos endividados, dos operários, da terra arrasada. Apesar de tudo, Curitiba tomou pouco conhecimento da presença de tantos luteranos de todos os continentes. No último dia, um chofer de táxi, entre tantos, ainda perguntava o que estava acontecendo. Os jornais da cidade pouca atenção deram ao acontecimento, com exceção de um, estranhamente especializado em comércio. Algumas coisas contribuíram para essa indiferença: horário implacável desde a manhã até a noite (só de plenárias foram 25); quatro grandes celebrações; duas devocionais diárias; quatro grupos de estudo (subtemas); e quarenta grupos de estudo bíblico.

A essa organização pesada, com coletivas de imprensa nos intervalos de refeições e lanches, acrescentem-se as acomodações em hotéis com duas dezenas de ônibus transportando participantes de manhã e à noite, repetindo à exaustão roteiros mais monótonos que percurso de elevador. Os arranjos turísticos eram poucos

e alguns só depois da assembleia.

Retrato do Brasil — Na primeira noite da assembleia, 43 jovens, entre quinze e dezenove anos, se exibiram num espetáculo de movimentos, ritmos e danças regionais. Quiseram apresentar a Igreja Luterana do Brasil como inserida numa história e numa realidade de desníveis, desequilíbrios e miséria. Como pano de fundo, um grande mapa do Brasil cheio de números e percentagens da distribuição da população.

A apresentação visou mostrar um princípio de história da colonização dos europeus exploradores, primeiramente dos índios e depois dos negros trazidos da África. Apesar do quadro sobre os negros, era de estranhar a ausência deles (eram todos brancos). Houve dificuldades em encontrar atores jovens negros nas escolas da Grande Porto Alegre, de onde eram procedentes em sua maioria. Entretanto, acharam seis indígenas, vestidos à brasileira, uma exigência expressa do autor da peça, Jorge Falkenbach. Trabalho de efeito plástico relativo e que se restringiu à apresentação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Foi um painel rítmico-musical da realidade econômica, política, social e religiosa do Brasil.

Celebrações — As celebrações são os grandes momentos de afirmação, negação e catarse. Religiosas, pagãs, políticas ou sociais. Quatro celebrações marcaram a 8ª Assembleia da Federação Luterana Mundial. Ao ar livre, junto às bandeiras dos continentes e à grande cruz da capela universitária. Ali se cantou e rezou em todas as línguas e se celebrou a eucaristia. A Bíblia, o Pai Nosso, o pão e o vinho e as canções desmistificaram toda a babel idiomática do encontro. Também no pão e no vinho se desfizeram as diferenças de batins pretas, colarinhos clericais, cruzes peitorais, sinais-da-cruz e dezenas de outras vestes nativas. Todos entendiam o que cada um dizia quando orava “venha o teu Reino”. Daí que todos afirmaram: “Já não somos asiáticos ou europeus, africanos ou americanos, homens ou mulheres, ricos ou pobres; somos um povo, um corpo. Entramos na tenda da presença não como grupos regionais, mas como um povo peregrino necessitado de fortalecimento, de sustento e de esperança”.

Gottfried Brakemeier, presidente da Igreja no Brasil, e eleito presidente da Federação, fez a meditação, em português, sobre o tema da assembleia. Afirmou que nos dias que se iam seguir a assembleia trataria

ASSEMBLÉIA ASSUME COMPROMISSOS COM A VIDA

A mensagem final da assembleia apresentou considerações e compromissos nas linhas dos quatro subtemas: vida em comunhão; salvação; paz com justiça; e uma criação libertada. Aqui, alguns destaques sobre os “compromissos”.

Clamor por vida em comunhão

— Praticar totalmente o encontro ecumênico e a cooperação em “todos os níveis da vida da Igreja” e levar as igrejas a apoiarem os acordos e resultados “emergentes dos diálogos ecumênicos bilaterais e multilaterais”.

— Intensificar esforços de uma comunhão integral em todo mundo e particularmente para animar mulheres a ingressarem no ministério ordenado; e participarem da Década Ecumênica da Igreja em Solidariedade com as Mulheres.

Clamor por salvação — Esta seção teve dois pólos:

a) Testemunho num mundo de pluralismo religioso. Compromisso: “Buscar formas de iniciar esforços em comum para promover justiça, paz e proteger a integridade da criação”.

b) Testemunho cristão numa sociedade secularizada. Compromissos:

— Preparar as igrejas com todos os seus membros para exercerem um “ministério profético de serviço e de diálogo no mundo secular”.

— Recuperar e renovar a linguagem religiosa simbólica para possibilitar o “sacerdócio de todos os crentes na sua vida diária”.

Clamor por paz com justiça — Teve dois ângulos:

a) Crise por causa da dívida e da injustiça econômica. Compromissos:

— promover a tomada de consciência da necessidade de uma nova ordem econômica em nível internacional;

— pressionar os governos, as empresas multinacionais, os bancos e outras instituições para que estabeleçam uma ordem econômica justa;

— animar igrejas que tenham poder econômico para exercerem suas vantagens com vistas a uma ordem econômica justa com boicotes, participação na compra de ações, com-

SECRETÁRIO PEDE INTEGRAÇÃO NA PLURALIDADE

O relatório-mensagem do secretário-geral, Gunnar Staalsett, tinha como título *De Budapeste a Curitiba*. O autor fez algumas referências ou questionamentos que preocupam. Em certa altura: "A unidade econômica e política da Europa poderá produzir prosperidade que beneficiará as nações exploradas da Ásia, África e América Latina, ou a Europa deverá voltar-se somente para si mesma sem qualquer compromisso com uma realidade global? Uma grande Europa poderá transformar-se em alibi para esquecer um grande mundo?"

Sobre os movimentos de rompimento e quebras estruturais no Leste: "A Europa oriental será plenamente integrada na comunidade dos países europeus ou será apenas uma fonte de matéria-prima e mão-de-obra barata para construção de uma Europa ocidental ainda mais poderosa? Como poderá o ministério profético da Igreja contribuir para o exercício de uma solidariedade valiosa, baseada na visão de uma casa comum?"

Falou de mais de 70 mil torturados e mortos em El Salvador. Falou do ministério das mulheres desejando que neste período haja

mais mulheres ordenadas, especialmente na África.

Referindo-se às relações de diálogo com outras confissões, sugeriu o aprofundamento "na herança que temos em comum com nossos irmãos e irmãs da religião judaica. É essencial dialogarmos com o povo judeu". Sobre o islamismo, disse que "também está enraizado naquilo que chamamos de herança abraâmica". E acrescentou: "Sem diminuir em nada nossa fidelidade ao Evangelho, não deveríamos encontrar uma maneira de viver com integridade num mundo de tal pluralidade religiosa?"

Na ausência de negros, brancos simbolizaram a escravidão durante apresentação o princípio da história da colonização no Brasil



Antonio Carlos Ribeiro/Memória

dos clamores das criaturas atormentadas com a certeza de que Deus ouve esses clamores. Mais adiante afirmou: "Jamais o número de vítimas mortas por causa do Evangelho atingiu cifras tão elevadas como em nosso tão progressista século 20. A diferença é que hoje são os assim chamados cristãos que perseguem cristãos". Depois de se referir aos riscos de uma paciência que chega a limites e faz explodir a raiva, e produz ódio, "controlável apenas temporariamente", diz que é papel da Igreja chamar a atenção para esse "mecanismo diabólico a fim de precaver a so-

riedade e a humanidade contra danos maiores".

E concluiu: "A fé resiste à realidade deste mundo. Não se curva diante do poder de culpa e pecado, não vive de seus próprios sucessos. Sabe que Deus há de levar todas as coisas ao alvo proposto".

"Contra a fome e a pobreza / só resta a certeza / de um caminho novo: / ouvi o clamor do meu povo" — cantava o conjunto. Era o hino oficial de Hermes Aquino.

Festival — O festival da Igreja teve dois momentos. Pela manhã, tes-

pras seletivas, retirada de fundos e aplicações dirigidas contra empresas que exploram e oprimem;

— organizar e apoiar bancos e instituições financeiras para classes pobres e criar movimentos populares para organizar campanhas que promovam a solução do problema da dívida.

b) Militarização e ameaças à paz. Compromissos:

— apoiar campanhas de protesto contra a violência e resistência à injustiça;

— apoiar a desmilitarização e a redução drástica dos orçamentos militares; apelar aos nossos governos para que se neguem a dar assistência militar a governos repressivos. Particularmente, que se interrompa a assistência militar a El Salvador, Etiópia e Guatemala;

— promover solidariedade às instituições religiosas e habitantes da Estônia, Letônia, Lituânia e Palestina em seus esforços por autodeterminação;

— todo apoio moral, político e material aos indígenas. Promover, através de consultas a eles, medidas para que superem sua marginalização.

Clamor por uma criação libertadora

— Constituir uma linha vital e global de igrejas que se

ajudem mutuamente para enfrentar ameaças à criação.

— Continuar com o processo ecumênico conciliar por justiça, paz e integridade da criação.

— Apoio particular à Igreja do Brasil em favor dos movimentos ecológicos e na luta para defenderem a região amazônica e os prejuízos causados aos índios.

Conclusão — Houve luteranos mais conservadores que acharam avanços demais nesta 8ª Assembléia. Outros, mais progressistas, sentiram-se frustrados com avanços considerados bisonhos. Alguns desses preferiam outro presidente que não o brasileiro Gottfried Brakemeier. Até uma mulher da Alemanha foi cogitada. Mas deu para notar uma Igreja forte capaz de conviver com pluralidades internas, capaz de se regozijar nas celebrações e capaz de permanecer aberta a outros avanços, a outras caminhadas.

Na coletiva à imprensa, após uma eleição difícil, Brakemeier afirmou: "A Igreja de forma alguma é um bloco monolítico. O importante é saber se temos força para, ainda assim, falarmos com uma só voz". Mais: "Precisamos repudiarmos uma interpretação maniqueísta que encontramos no continente latino-americano, onde as alternativas de comportamento são excludentes e agravam ainda mais os conflitos".

BÍBLIA CONTA HISTÓRIA DE OPRIMIDOS

temunhos: "O que significa ser cristão hoje". O primeiro foi da Indonésia. Os representantes, com seus trajes típicos, cantaram canções populares. O segundo foi da Europa oriental. O terceiro, sem falas, só cartazes e movimentos, foi o da juventude. Os cartazes (sonho, futuro, ecologia, direitos humanos, desemprego, maior participação) foram sendo afixados num "muro" sustentado por alguns. No outro lado do muro: "Por que os jovens não vão à Igreja?". As grandes discriminações estão refletidas neles, por isso fizeram em pedaços o muro de cartolina. Depois em três grandes rodas concêntricas dançaram e cantaram abraça-

Foram organizados quarenta grupos de estudo bíblico de acordo com as cinco línguas oficiais (português, francês, espanhol, inglês e alemão).

Cada grupo tinha participação de pelo menos dois assessores (católicos, luteranos, presbiterianos, batistas e metodistas), que diariamente se reuniam para estabelecer parâmetros.

Os coordenadores gerais e inspiradores foram Milton Schwantes e Carlos Mesters.

Algumas frases dão a temperatura geral:

"A leitura que o povo faz da

Bíblia é a cozinha da teologia da libertação. Essa leitura tira o véu dos olhos e provoca uma nova percepção da realidade" (Carlos Mesters).

Milton Schwantes reconhece as dificuldades dessa leitura bíblica para os do Primeiro Mundo, porque "lemos a Bíblia em dois níveis diferentes: nós pelos pés e eles pelos olhos".

"Ricos estudam teologia da libertação", era o título de uma notícia num jornal curitibano.

Para alguns participantes, todos do Primeiro Mundo, foi uma experiência muito "rica".

dos. Todos do auditório se juntaram a eles.

Fora de pauta — O pastor Josaphat Shanghalla, da Namíbia, falou vigorosamente da experiência cristã em seu país. Disse: "A vitória da Namíbia é de vocês". Referia-se à solidariedade internacional. Declarou que ser cristão na Namíbia tem sido estar engajado na luta pela libertação (a independência será celebrada em 21 de março), ouvir o clamor de pessoas que perderam parentes na guerra e curar as feridas dos solitários.

Os sem-terra provocaram um pequeno incidente quando quiseram participar de manifestação contra as placas de propaganda de um banco sobre as quais se estendeu um pano com a cruz. Diziam: "Nossa proclamação significa o grito do silêncio. Entre tantos gritos, a luta pela terra permanece em nosso meio como um grito silencioso. O banco é o templo do açambarcamento. Partilha é o objetivo de nossa demonstração. Representamos o grito de 12 milhões de camponeses sem terra e de 200 mil brasileiros que viveram quinhentos anos de exploração. Lutamos por terra, vida e dignidade do corpo humano — verdadeiro templo do Espírito Santo".

Outra manifestação não prevista foi a de uma deficiente física, a pastora Iara Muller, brasileira. Considerou-se duplamente discriminada — por ser mulher e ser declarada deficiente física. "Ser dependente não é bom", afirmou. "Não queremos piedade, queremos compreensão; não



FATOS E NÚMEROS DA ASSEMBLÉIA

— 376 delegados de 105 igrejas representando 55 milhões de luteranos (no Brasil, 800 mil).

— Do total de representantes, 215 (57,2%) do sexo masculino e 161 (42,8%) do sexo feminino. Os jovens representaram 17,8%.

— 39 intérpretes cobriram todos os trabalhos nos cinco idiomas oficiais: português, francês, espanhol, inglês e alemão.

— Novecentas sacolas tira-colo, novecentas toalhas bordadas, novecentas almofadas e mais de cem panôs foram preparados pela Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (Oase) para os participantes.

— Cem jarras e duzentos cálices de cerâmica para a eucaristia foram confeccionados por uma

Cerâmica. Os índios Kaingang, Guarani, Cinta Larga e Suruí teceram em vime duzentas cestas para pão (hóstias).

— Nove edições diárias (tablôides) do Jornal Evangélico nos idiomas da assembléia.

Clamores do povo em números — 514 milhões de pessoas portadoras de deficiência mental, sensitiva e física; 75% se encontram no Terceiro Mundo; 100 milhões são crianças; no Brasil são 18 milhões.

— 500 milhões de famintos; 1 bilhão de pessoas em extrema miséria; 40 milhões de mortes anuais por desnutrição; 1,5 bilhão sem assistência médica; 2 bilhões sem suprimento regular de água.

Jovens luteranos brasileiros se exibiram num espetáculo de movimentos, ritmos e danças regionais, na primeira noite da Assembléia

queremos caridade, mas integração". Fez críticas à própria Federação Luterana que, em todas as providências, não incluiu os deficientes. Até o gabinete médico era no segundo andar.

Refeição de milhares — Todos eram convidados a comer seus lanches e, ao redor de toda a arena do estádio coberto (cerca de 10 mil pessoas presentes), havia mesas com as mais variadas comidas trazidas por muitos e partilhadas por todos. Depois as mesmas mesas iriam receber cem jarros e duzentos cálices de barro em estilo rústico e uma centena de cestas de vime confeccionadas pelas índias Kaingang, Guarani, Cinta Larga e Surui, para a distribuição das hóstias (pão) eucarísticas.

Na celebração eucarística, à tarde, pregou o pastor Emílio Castro, secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Trazia ao peito o símbolo do ecumenismo que dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias, mandou fazer na oportunidade do 7º Encontro Intereclesial das CEBs.

Fundamentou sua pregação no tema central da Assembléia. Depois de advertir que temos olhos e ouvidos somente voltados para as coisas que nos interessam, e por isso nem sempre ouvimos os clamores dos marginalizados, afirmou: "Deus escuta os gritos (dos países pobres) de muitas estranhas maneiras. Deus escuta com objetivo de restaurar, reconstruir e renovar". E ainda: "Como cristãos, como podemos elevar

o pão e o vinho da comunhão, o fruto da solidariedade humana, o companheirismo no usufruto dos bens materiais sem pensar nos pobres da terra?"

Castro apelou ao estudo das questões sociais, ecológicas e doutrinárias em obediência ao grito dos oprimidos, que é o grito do Cristo crucificado e o grito do Deus da compaixão.

Do "Dia da Igreja" participou um coral de 1,2 mil vozes e uma orquestra com 250 músicos.

Encerramento — No final da tarde do dia 8, décimo dia da assembléia, todos voltaram à Tenda da Presença para a solenidade de encerramento. Três mulheres: uma da África do Sul, Phina Olga Kgosana; outra da Suécia, Ingemar Thain; outra da Argentina, Mercedes Garcia, estiveram na direção do culto. As três, pastoras. Garcia foi a pregadora. Em seu sermão criticou o paternalismo aberto ou disfarçado. Disse que é fundamental que "as pautas e projetos desta assembléia venham a converter-se em sal e luz para o mundo, de acordo com o caminho no qual o Espírito de Deus vivo vem a nos mover" (o texto bíblico falava do sal da terra e da luz do mundo).

Foram instalados o novo presidente, Gottfried Brakemeier, e o novo conselho. A celebração litúrgica de encerramento, assim como a de abertura, foi em muitas línguas e culturas. Ao contrário da abertura, os presentes saíram cantando o Aleluia, uma melodia africana, a três vozes. Voltaram para perto da cruz e das bandeiras dos continentes.

A bênção final resumiu os quatro subtemas da assembléia: "Vão... e busquem *comunhão* com todos os batizados; vão na *salvação* de Cristo e busquem reconciliação e paz com todos; vão na paz de Cristo e levem *paz com justiça* a todo o mundo; vão como *criação libertada* de Deus e libertem toda criação do domínio da poluição e da exploração".

Carlos Cunha, pastor da Igreja Presbiteriana Unida, integra a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral, do CEDI (RJ).



Antonio Carlos Ribeiro/Memória

BRAKEMEIER PROPÕE ANULAR DÍVIDA

"Há motivos de sobra para anulação da dívida (referia-se ao Brasil), sob qualquer ponto de vista: político, econômico, técnico ou humano", disse Gottfried Brakemeier, depois de eleito presidente da Federação Luterana Mundial.

Três mulheres — Ruth Abraham (Etiópia), Prasana Samuel (Índia) e Heidy Jerschel (Brasil) — se manifestaram favoráveis a declarar a dívida externa dos

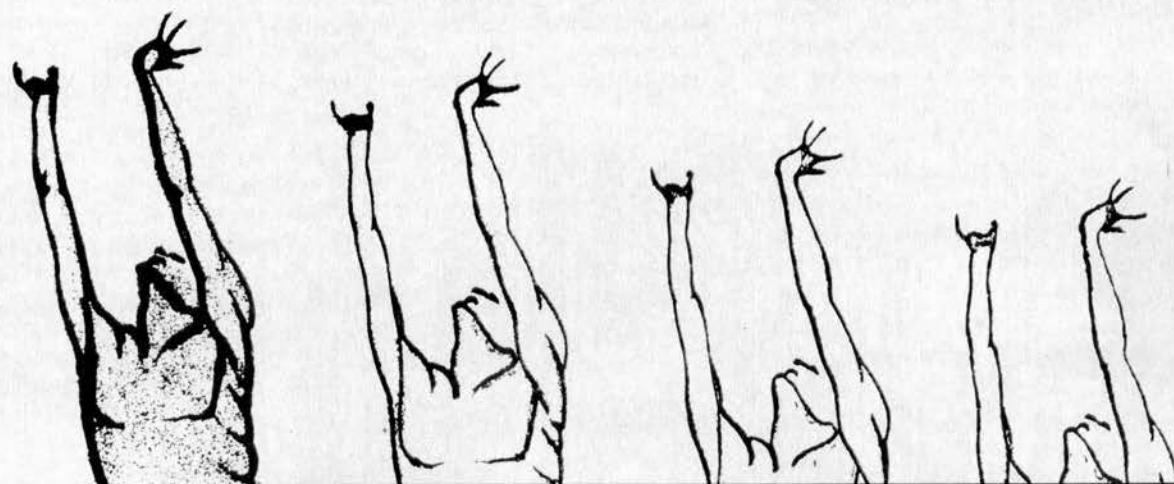
países do Terceiro Mundo como *status confessionis* pela FLM. Isso significaria a exclusão das igrejas que não se opusessem ao pagamento. O mesmo se fez na assembléia passada, em Budapeste, com relação ao *apartheid*.

Os brasileiros, disse Heidy, "pagam essa dívida com fome, matérias-primas baratas, exportação de produtos manufaturados necessários, baixos salários".

A celebração litúrgica de encerramento da Assembléia da FLM, assim como a de abertura, foi feita em várias línguas e culturas

O COLAPSO ECONÔMICO DA ARGENTINA

Sétima economia mundial no começo do século, a Argentina vive hoje a mais catastrófica crise de sua história, com perspectivas de agravamento



Paulo R. Schilling

Carlos Rojas Niño

Por constituir um dos maiores "espaços vazios" do planeta e pela excelência extraordinária de seu solo e de seu clima, a Argentina viveu, entre meados do século passado e 1930, um dos mais espetaculares processos de desenvolvimento econômico da história.

Entre 1856 e 1932, entraram no país do Prata, transformado num verdadeiro *El Dorado* para populações pobres e marginalizadas da Europa, 6,4 milhões de imigrantes. A exportação aumentou de 32,4 milhões de pesos/ouro, em 1869, para 419 milhões pesos/ouro, em 1913. O escritor lusitano Ramalho Ortigão afirmava: "A Argentina é o maior fenômeno da raça latina". "Uma quantidade estimada em 40% dos investimentos britânicos no exterior se havia radicado na Argentina" (N. S. Ferns). Alejandro

E. Bunge registrava com orgulho patriótico: "Num terço do território argentino se concentra a metade da capacidade econômica da América Latina (...)" Em 1892, a economia argentina equivalia a dos nove demais países da América do Sul.

Era a sétima do mundo, sendo que seu PIB duplicava o brasileiro.

A integração econômica entre a metrópole britânica e o seu "sexto domínio" (designação de Jorge Abelardo Ramos) funcionava perfeitamente: a lã e o couro da *Pampa Húmeda* constituíam a matéria-prima da indústria básica e de dimensão mundial inglesa, a do vestuário. O trigo e a carne argentinos asseguravam salários baixos para a burguesia industrial da Grã-Bretanha.

Apesar do caráter expoliativo das relações comerciais, em razão da fabu-

losa capacidade produtiva dos campos argentinos foi possível estabelecer no extremo sul do continente americano um país equivalente aos europeus mais desenvolvidos da época. Buenos Aires, uma réplica de Londres e Paris, construiu seu *subte* (metrô) sessenta anos antes de São Paulo.

A crise, que a partir do *crack* da bolsa de Nova Iorque (1929) afetou drasticamente a economia mundial, teve efeitos devastadores sobre os países periféricos exportadores de matérias-primas e alimentos. Na Argentina terminou a "época de ouro"; os anos 30 ficaram conhecidos como a "década infame".

A situação voltou a melhorar com a Segunda Guerra Mundial e o consequente aumento da demanda de trigo e carne, tão indispensáveis co-

Os militares entregaram ao governo civil uma Argentina economicamente arrasada e desmoralizada pela aventura das Malvinas. Alfonsín limitou-se a administrar a crise

mo as armas e munições em qualquer conflito bélico. Com as reservas acumuladas nos anos de guerra, Perón conseguiu um grande avanço na modernização do país e na melhoria das condições de vida e trabalho de seu povo. Com sua política nacionalista, antiimperialista, distributivista, o peronismo assegurou novamente anos de euforia. Entretanto, o "caudilho" não ousou atacar o obstáculo fundamental ao desenvolvimento capitalista pleno: a todo-poderosa oligarquia da *Pampa Húmeda*, seguramente a mais reacionária das classes dominantes latino-americanas.

Em consequência, já em 1953 manifestavam-se os primeiros sintomas de uma nova crise. Crise que deu origem à "Revolução Libertadora", o golpe dos militares de ultradireita que aliados à oligarquia, à burguesia e ao imperialismo derrubaram o governo populista.

A partir de então, praticamente todas as receitas do liberalismo econômico e do autoritarismo político foram testadas na Argentina. Desde o corporativismo facistóide do general Onganía até modelos liberais (com Krieger Vassena e Alvaro Alsogaray), passando pelo *desarrollismo* de Frondizi (versão argentina da política de "substituição de importações") — tudo fracassou. Como fracassaria, também, o rebrote de populismo verificado em 1973 com o retorno de Perón.

Uma das causas fundamentais desses fracassos pode ser encontrada no fim do império britânico e na conseqüente mudança do "centro exterior do poder". A economia argentina, complementar da inglesa, é competitiva com a norte-ameri-

cana, não interessando portanto aos Estados Unidos. O parceiro preferencial de Washington seria, cada vez mais no pós-guerra, o Brasil, fornecedor de matérias-primas e alimentos tropicais.

Com os países europeus, seus grandes clientes, com suas economias arrasadas pela Segunda Guerra Mundial, a Argentina viu drasticamente reduzidas suas possibilidades de competir no mercado mundial de alimentos. Posteriormente, com a revolução tecnológica verificada no agro europeu e com as medidas protecionistas estabelecidas (hoje, os Estados Unidos e os países da CEE subsidiam em 50 bilhões de dólares anuais seus produtos agrícolas exportados), diminuíram ainda mais as vantagens relativas anteriormente proporcionadas pela fertilidade excepcional da *Pampa Húmeda*. As exportações de trigo e carne tornaram-se cada vez mais difíceis. Além disso, a lã foi perdendo significado frente ao surgimento de fibras sintéticas. Atualmente, representa somente 8% da matéria-prima utilizada pela indústria têxtil.

Depois de duas décadas de tentativas frustradas de modernização econômica, mergulhada em sucessivas crises, a Argentina surgia como um campo de ensaio ideal para as teses de determinados cientistas políticos e economistas que proliferaram, nos Estados Unidos e na Europa, nos anos 70. O grande laboratório desse ideário destinado a resolver as contradições existentes no sistema capitalista mundial foi a "Comissão Trilateral" (*Private North American-European-Japanese Initiative on Matters of Concern*). Seus teóricos pregavam:

"... O Estado-nação é uma instituição obsoleta frente à empresa transnacional, a qual leva a efeito a internacionalização de modo inquestionavelmente mais eficiente do que aquele (...). O desenvolvimento extraordinariamente bem sucedido das transnacionais significa o fim próximo da instituição Estado-nação" (José Pajestka).

"O hemisfério ocidental necessita uma eficiente divisão internacional do trabalho (...). Cada nação se concentrará na produção de artigos que poderá produzir com maior eficiência relativa e a menores custos. E intercambiará esses produtos por aqueles que outras nações podem produzir com maior eficiência seletiva. As tarifas alfandegárias devem ser abolidas por um período razoável" (Nelson Rockefeller).

Em seu espetacular *tour* pelos Estados Unidos, Europa e Japão, o presidente Collor escutou, em várias oportunidades, o mesmo "canto de sereia". E voltou, aparentemente, seduzido pelo mesmo.

Novamente no poder em março de 1976, os militares argentinos ofereceram (igual a Pinochet) seu país como cobaia para os experimentos da "Tri". Depois de haver liquidado, com base num "terrorismo de Estado nunca antes visto na Argentina" (Luis Vitale), todas as resistências nacionalistas-populares, sob comando de Martínez de Hoz (um misto de oligarca pastoril e executivo transnacional) os "milicos" abriram as fronteiras econômicas.

As tarifas alfandegárias protecionistas que eram — em média — de 97% *ad valorem* em 1976, estavam reduzidas, em 1980, a 21%. Além disso, mantinha-se artificialmente baixa a cotação do dólar. Os produtos industriais argentinos não mais puderam competir no mercado doméstico. Uma verdadeira avalanche de produtos importados — desde manteiga dinamarquesa até bugigangas produzidas em Hong Kong — invadiu as casas de comércio do país, liquidando com a indústria nacional.

Foram fechadas 1,4 mil indústrias, com dispensa de 690 mil trabalhadores (40% dos operários fabris). O salário real dos trabalhadores na indústria baixou 37%. A participação dos trabalhadores na divisão do produto

Símbolo das últimas esperanças dos argentinos, Menem não intentou formar um governo comprometido com o povo, traindo também setores conservadores do justicialismo

interno bruto, que era de 49,8% no início do segundo governo peronista, ficou reduzida a 28,9%, em 1980. Os investimentos, diminuíram 30% entre 1974 e 1984. Em números absolutos, em 1984 foram iguais aos de 1967. Em consequência, as indústrias que sobreviveram ao vendaval apresentavam um alto índice de sucateamento. Entre 1976 e 1982, a taxa de crescimento econômico foi negativa, verificando-se uma perda de produção acumulada de 120 bilhões de dólares. A dívida externa líquida (nominal menos divisas) subiu de 2 bilhões, em 1978, para 28 bilhões de dólares em 1981. A corrupção e a fuga de capitais relacionadas com a dívida externa alcançaram proporções absurdas: segundo o *Morgan Guaranty Trust*, a dívida externa argentina, de 50 bilhões de dólares em fins de 1985, seria, sem a evasão de capitais, de somente um bilhão de dólares.

Foi um país arrasado economicamente e desmoralizado pela aventura bélica das Malvinas, que os militares entregaram ao governo civil.

Sem coragem de tomar medidas drásticas (reformas estruturais e não-pagamento da dívida externa), o presidente Raul Alfonsín limitou-se a administrar a crise. Essa tornou-se aguda ao final de seu governo, determinando inclusive a antecipação voluntária do fim de seu mandato: uma confissão de fracasso total.

Com seu PIB diminuído em 13,5% no período 1981/89 e uma quebra

de 5,5% em 1989; com seu parque industrial drasticamente reduzido e com elevado índice de sucateamento, que também atinge os serviços; com seu comércio exterior drasticamente afetado por uma violenta deterioração nos termos de intercâmbio (-28,7% no período 1983/87 e uma baixa no preço das *commodities* de 12% nos primeiros oito meses de 1989); com uma dívida externa de cerca de 60 bilhões de dólares e sem nenhuma possibilidade de atender aos serviços da mesma; com um alto índice de desemprego e subemprego, que reduziu os salários a insignificante parte do que eram (o salário mínimo, historicamente entre 100/150 dólares, está reduzido a 30 dólares; a maioria dos aposentados recebe 10 dólares ao mês e, inclusive, os salários dos diretores das grandes empresas do Estado não excedem os 200 dólares mensais); com 9 milhões de habitantes reduzidos à situação de pobreza absoluta, exigindo distribuição gratuita de alimentos; com uma inflação que depois de haver alcançado 186,5% em junho de 1989 baixou para 6% cinco meses depois, para voltar a 80% em janeiro de 1990; com as vendas do comércio reduzidas em até 80%, como consequência do processo inflacionário e recessivo (*O Estado de S. Paulo*, 13/02/90) — a Argentina vive a mais catastrófica crise de sua história.

Simbolizando as últimas esperanças populares, Carlos Menem, um

peronista conservador, chegou ao poder. Empossado na Casa Rosada, não tentou sequer formar um governo comprometido com a causa popular. Traíndo inclusive aos setores mais conservadores do justicialismo (que sempre se caracterizaram por posições populistas e nacionalistas), Menem adotou um plano de governo elaborado pela *Bung & Born* (o monopólio dos cereais, o arquiinimigo de Perón). E entregou a aplicação do mesmo aos próprios diretores do B & B, do Citibank, assim como à figura-símbolo da direita argentina, Álvaro Alsogaray.

Pode-se antecipar um novo fracasso, com consequências possivelmente trágicas. Aparentemente estão esgotadas, no caso argentino, as possibilidades de desenvolvimento dentro das regras do capitalismo subdesenvolvido e dependente até agora vigente. Principalmente neste momento em que o mundo capitalista se reestrutura (Europa 92, integração Estados Unidos/Canadá e México, hegemonia japonesa sobre o sudoeste asiático) e que os "países socialistas" retornam rapidamente à economia de mercado, acelerando a marginalização da América Latina.

Paulo R. Schilling, jornalista e escritor, integra o Projeto Especial sobre Dívida Externa do CEDI e pertence à equipe do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (Desep/CUT-SP).



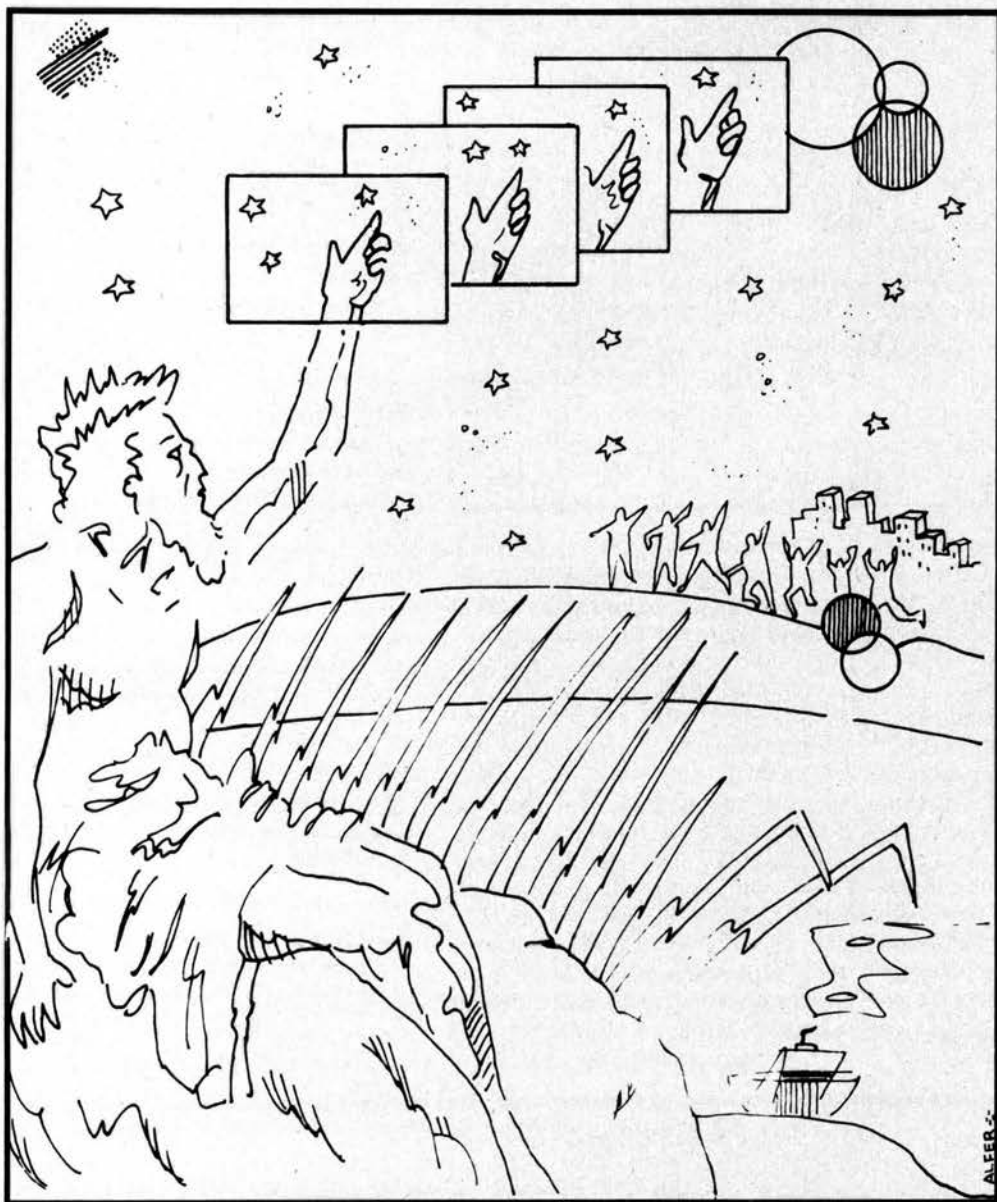
DOSSIÊ COLÔMBIA URGENTE

Cadernos do Sisac • nº 2

O *Dossiê Colômbia Urgente* desmistifica a fachada democrática que os governos tentaram passar à comunidade internacional, aprofunda o problema do narcotráfico, denuncia a sistemática violação dos direitos humanos, revela um movimento popular atuante e frequentemente reprimido violentamente, mostra o desenvolvimento dos grupos paramilitares e como prestam serviço ao Estado e ao narcotráfico, percorre a trajetória da Igreja institucional e da Igreja dos pobres, apresenta as organizações partidárias e guerrilheiras e conclui com uma análise de conjuntura.

Preços: 9 BTNf (individual)
12 BTNf (entidade)

Sisac: Rua Prof. Sebastião Soares de Faria, 57, 6º andar
01317 — São Paulo — SP — Brasil • Fone: (011) 284-6220
Caixa Postal 65.031 — cep 01390 — São Paulo — SP



JUSTIÇA DO POBRE CRITÉRIO DA NOVA SOCIEDADE

Ely Eser Barreto César

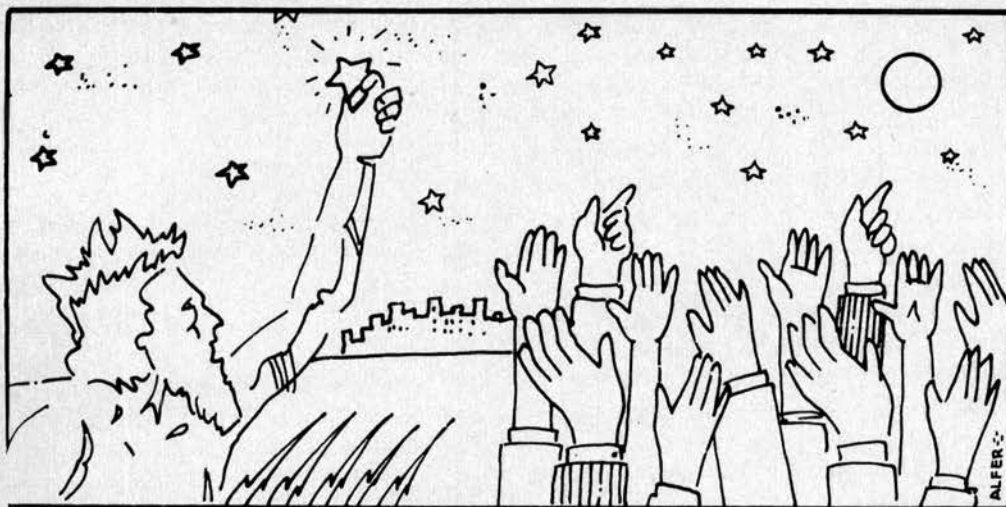
Jesus, sabendo da conspiração dos fariseus contra ele, retirou-se dali. Muitos o seguiram, e ele curou a todos; e ordenou-lhes que não o fizessem conhecido, a fim de que fosse cumprida a palavra do profeta Isaías, que diz: "Eis o meu servo a quem eu escolhi, meu amado em quem minha 'alma' se compraz. Porei meu Espírito sobre ele e ele proclamará justiça às nações. Ele não contenderá nem gritará, nem se ouvirá sua voz nas ruas. Ele não quebrará a cana esmagada; ele não apagará o pavio fumegante até que faça triunfar a justiça. Em seu nome as nações esperarão".

O texto, uma citação de Isaías 42,1-4, introduzida pelo evangelista no contexto do conflito aberto entre Jesus e os fariseus (a sinagoga), tanto ilumina a função do Messias numa situação de conflito (crise social entre dominantes e pobres) quanto estabelece a direção da única ação histórica possível aos cristãos.

Todo contexto deste texto é o relato de um conflito que termina em tragédia, ou a condenação definitiva da "geração opressora": "Ninivitas se levantarão no juízo com esta geração, e a condenarão; porque se arrependeram com a pregação de Jonas. E eis aqui quem é maior do que Jonas" (Mt 12,41-42).

Neste processo crítico e decisivo, o Cristo é identificado ao Servo Sofredor de Isaías. No entanto, seu sofrimento não é passivo, do tipo "a vitória histórica é necessariamente dos opressores, pois a vitória cristã só acontecerá no Reino futuro, depois da história". O sofrimento do Messias e do povo messiânico é resultado do inconformismo com a injustiça e do compromisso negociável com a causa da justiça histórica. Pelo Espírito "ele proclamará justiça às nações". Aqui o texto pode induzir a equívocos, pois enfatiza algumas expressões que podem facilmente ser descontextualizadas: *proclamar* justiça, isto é, transformar a ação messiânica de Jesus em "discurso abstrato", do tipo "liberdade de expressão"; ou "ele não contenderá, nem gritará, nem se ouvirá sua voz nas ruas", o que pode induzir à noção de "não violência absoluta", inclusive aceitação da inevitabilidade da humilhação histórica do pobre.

A lição do "texto" é bem outra. Os fariseus, agentes diretos da opressão dos pobres de Israel e agentes históricos da opressão da Igreja através da ação das sinagogas após destruição do Estado de Israel pelos romanos, no ano 70, reivindicavam posse exclusiva dos instrumentos de cultura, ou seja, eram os únicos e legítimos intérpretes da tradição bíblica do Antigo Testamento. Os pobres da Igreja de Mateus nem sequer podiam reivindicar a legitimidade de seu libertador, pois os verdadeiros donos da tradição e seus legítimos intérpretes rejeitaram, de fato, Jesus



como Messias. A prova desta rejeição era sua condenação na cruz.

Os pobres da comunidade de Mateus deviam saber que o projeto messiânico expresso em Isaías incluía a aceitação, pelo próprio Jesus, desta rejeição dos legítimos herdeiros. É contra esta rejeição que ele não “contenderá”, até porque, historicamente, uma rejeição consumada é sempre uma rejeição. O Messias dos pobres não dirige seu programa a convencer os “rejeitadores” de que estão equivocados, isto é, “ele nem gritará” contra esses opressores, nem “gastará inutilmente sua voz nas praças”. Por quê? Porque antes de rejeitar o Messias eles esmagaram os pobres de Deus.

Os pobres aqui são caracterizados por duas figuras impressionantes, que retratam sua humilhante situação histórica: eles são as “canas esmagadas” ou o “pavio fumegante de uma lamparina quando o dia já chegou”. A primeira figura informa-nos que os pobres foram sugados até a última gota de suas vidas. A segunda, que eles não têm papel social, pois sua luz não é mais necessária diante da luz do dia. Eles não têm horizonte de vida, sentido existencial, esperança na história. Comparada a estas figuras está outra, citada pouco antes: “Vendo Jesus as multidões, teve grande compaixão delas, porque estavam aflitas e exaustas como ovelhas que não têm pastor” (Mt 9,36).

Qual o relacionamento histórico do Messias com estas “canas quebradas”? No último texto, o “intenso padecimento com”. No nosso texto, ele “não quebrará a cana esmagada” e “não apagará o pavo que ainda fuma, apesar de já ser dia”. O Messias vê o pobre com dignidade e nesta simples consideração o dignifica.

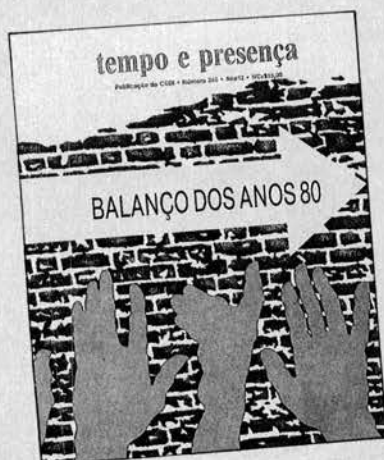
Há aí ternura histórica de quem descobre sentido na falta de sentido. Por quê? Porque traz horizonte à carência absoluta. Esse horizonte se chama “justiça”.

Não se trata, portanto, da “proclamação da justiça”, ou da bela “compaixão” simplesmente solidária com a desventura. Pois “ele não quebrará a cana esmagada, nem apagará o pavo fumegante até que faça triunfar, na história, a justiça”, esta nova estruturação social que não cria ovelhas sem pastor, canas quebradas e pavios fumegantes para não iluminar nada.

Por isso, em seu nome, as nações esperarão.

Haverá outro critério para produção do saber e estruturação da sociedade humana?

Ely Eser Barreto César, pastor metodista, atualmente coordena o projeto educacional da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e o programa de reorientação missionária da 5ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista, denominado “Dons e ministérios”.



LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação mensal voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual: Cr\$ 500,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 600,00

Exterior: US\$ 30

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI.
Av. Higienópolis, 983 - cep 01238 - São Paulo SP

A FALA DO CAMPO

SINDICALISMO NO CAMPO

Cadernos do CEDI 20

Rio de Janeiro, 1990, 122 páginas, 21x27,5 cm

Luciano Nunes Padrão

Talvez nenhum tema venha sendo objeto de tantos debates e enfrentamentos no sindicalismo rural como o da estrutura sindical. O processo de modernização por que vem passando a agricultura brasileira nas últimas décadas gerou uma significativa segmentação e diferenciação interna dos trabalhadores do campo, cujos efeitos se fazem sentir na organização desses trabalhadores, em suas diferentes frentes de luta.

Tomando apenas como exemplo os assalariados da cana, o violento processo de mecanização do corte de cana que vem ocorrendo na região de Ribeirão Preto, São Paulo, colocou em discussão a necessidade de envolver no trabalho sindical novos segmentos de trabalhadores especializados na operação de máquinas (tratoristas, maquinistas etc.) sem os quais, nos momentos de greve, já não se paralisa totalmente o trabalho.

Por outro lado, a vigência de uma nova Constituição abriu possibilidade de promover mudanças na estrutura sindical. Na verdade, ao estabelecer liberdade de organização sindical e fim do estatuto único, a Constituição dá respaldos legais ao antigo questionamento do Sindicato de Trabalhadores Rurais (de base municipal e que abriga toda diversidade de categorias e reivindicações presentes no campo), abrindo espaços para uma divisão por categorias, ou mesmo por ramos de produção.

Sindicalismo no campo: avaliação, perspectivas e desafios, vem se juntar a este debate trazendo elementos que permitem aprofundamento da reflexão sobre os principais eixos que hoje norteiam este debate.

A publicação é composta de depoimentos de dezesseis sindicalistas de distintas regiões do país, porta-



dores de diferentes propostas e experiências de organização sindical. O ponto que os une consiste em serem todos dirigentes vinculados ou próximos à CUT, fazendo com que as questões sejam abordadas a partir de uma determinada posição no campo de disputas que caracteriza hoje o sindicalismo rural.

O Caderno está estruturado em três grandes temas. O primeiro deles, "Estrutura sindical — propostas, experiências e desafios", contém uma diversidade de posições sobre como estruturar o trabalho e a ação sindical, assim como relatos de experiências pioneiras que atentam para implantação de uma nova estrutura sin-

dical. Assim, ganham destaque relatos da criação dos sindicatos de empregados rurais e de uma federação que os aglutina no Estado de São Paulo, e do Sindicato dos Fumicultores, de base estadual, no Rio Grande do Sul.

As entrevistas agrupadas na segunda parte — "Sindicalismo, associações e Estado" — referem-se aos impactos da ação do Estado sobre o movimento sindical rural, notadamente no que se refere à proliferação de associações de produtores em diversas regiões do país. A discussão central consiste na relação entre essas associações e os sindicatos, evidenciando forte preocupação dos sindicalistas em definir uma política que oriente a ação sindical neste espaço de disputa política.

O último bloco de entrevistas, "A disputa no interior do sindicalismo", concentra-se sobre o complexo tema das relações e disputas entre propostas sindicais distintas. São aqui abordados, por exemplo, tramitação das decisões sobre o processo eleitoral da Contag em Minas Gerais, disputa pela Federação em Goiás e atuação ambígua da Fetag-RS, que lhe permite capitalizar politicamente diferentes lutas que hoje se dão no campo gaúcho.

O ano de 1990, como se sabe, será marcado pela realização de grandes encontros e congressos nacionais de trabalhadores rurais, levando-nos a crer que o debate em torno da política sindical no campo se intensificará ainda mais. A riqueza das entrevistas registradas nesta publicação vem estimular este debate, oferecendo oportunidade de ampliação da reflexão que hoje se faz no sindicalismo sobre a natureza das lutas no campo, seu significado político e seu potencial transformador.

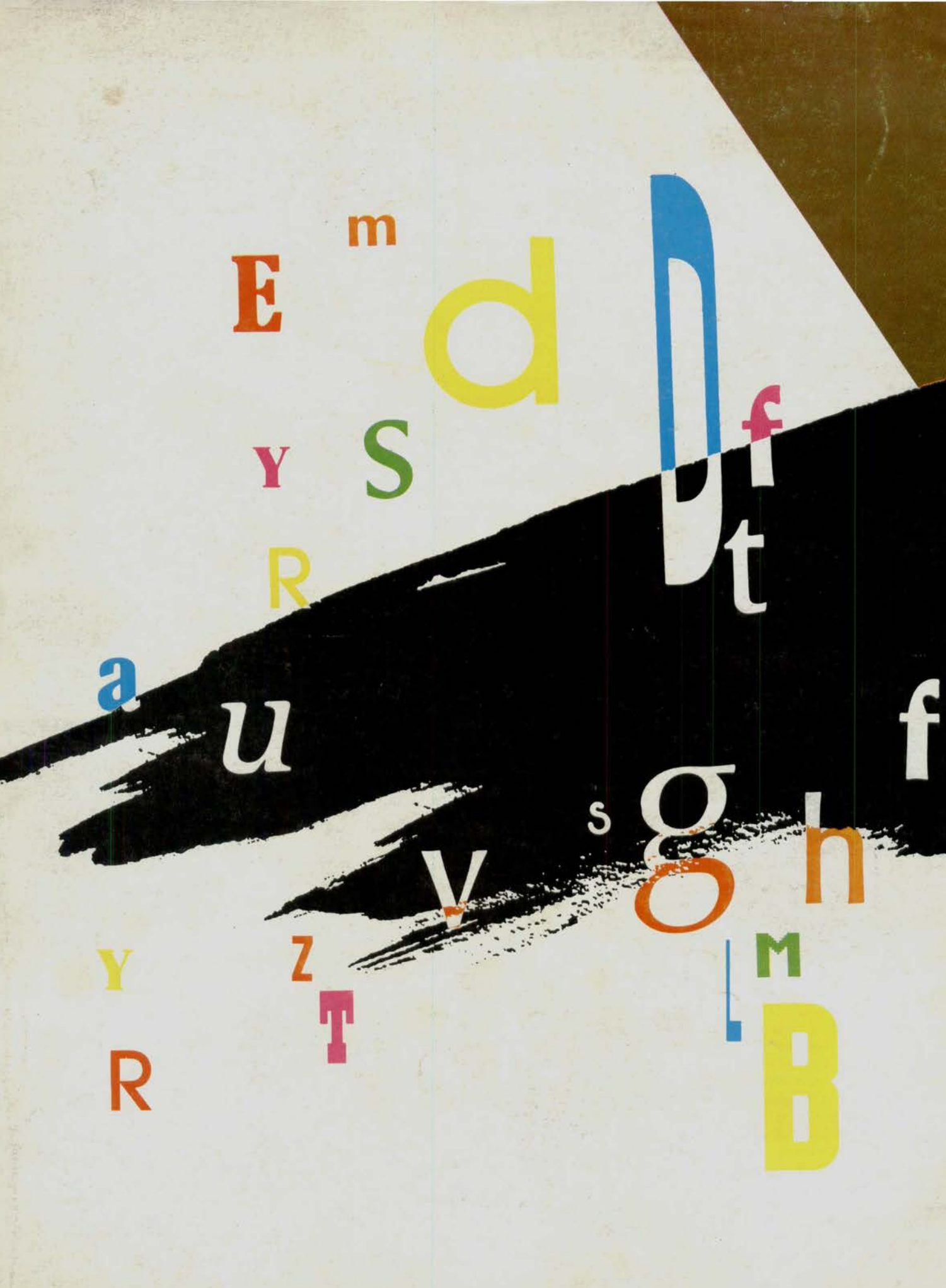
Luciano Nunes Padrão é assessor do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI.

Lançamento

HISTÓRIA DO POVO DE DEUS

Euclides Martins Balancin, Paulinas, S. Paulo, 1990, 168 páginas, 13x20cm

O novo nesta obra está no modo como é contada a história do povo de Deus, a partir da organização e mobilização de grupos que desejam construir uma sociedade em que haja liberdade e vida para todos



E

m

d

y

S

R

f

t

a

u

f

s

g

h

v

y

z

T

R

M

L

B